

PONTÍFICA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E ECONOMIA

DAIANE DEPONTI BOLZAN

**CICLOS POLÍTICO-ECONÔMICOS E A ELEIÇÃO PRESIDENCIAL BRASILEIRA
DE 2014**

Porto Alegre
2016

Daiane Deponti Bolzan

CICLOS POLÍTICO-ECONÔMICO E A ELEIÇÃO PRESIDENCIAL BRASILEIRA DE
2014

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul orientada pelo Prof. Dr. Marco Tulio Aniceto França.

Porto Alegre
2016

AGRADECIMENTO

Agradeço imensamente ao meu orientador, Marco Tulio França, pela infindável paciência e por acreditar em mim quando nem eu mesmo acreditava.

Também agradeço a Programa de Pós-Graduação em Economia do Desenvolvimento da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PPGE-PUCRS) por todo apoio institucional e também dedicação dos professores. Agradeço também ao apoio financeiro oferecido pela FAPERGS e CAPES sem o qual teria sido impossível que eu concluísse esta etapa de minha vida.

Às minhas companheiras de apartamento Camila Lage, Tainara Camargo e Graciele Vargas por estarem por perto tornando minha jornada menos exaustiva.

Aos meus irmãos, Eduardo Deponti Bolzan e Gustavo Deponti Bolzan por estarem ao meu lado em todos os momentos; à minha cunhada, Aida Locateli por também estar sempre presente e, especialmente, a minha sobrinha Anita Locateli Bolzan por simplesmente existir e fazer minha vida mais feliz.

Também agradeço ao meu pai pela ajuda no início do mestrado e à minha mãe pela ajuda nos meses finais. É difícil, entretanto, mensurar o quanto vocês me ajudaram e o quanto me atrapalharam nestes últimos três longos anos.

Ficha Catalográfica

B694c Bolzan, Daiane Deponti

Ciclos Político-Econômicos e a Eleição Presidencial Brasileira de 2014 /
Daiane Deponti Bolzan . – 2016.

83 f.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Economia do
Desenvolvimento, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Marco Tulio Aniceto França.

1. Ciclos Político-Econômicos. 2. Eleições presidenciais. 3. Eleições no
Brasil. 4. Transferências Intergovernamentais. 5. Transferências da União. I.
França, Marco Tulio Aniceto. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da PUCRS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Daiane Deponti Bolzan

Ciclos político-econômicos e a eleição presidencial brasileira de 2014

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Economia, pelo Mestrado em Economia do Desenvolvimento da Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovado em 29 de agosto de 2016, pela Banca Examinadora.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Marco Tulio Aniceto França
Orientador e Presidente da sessão

Prof. Dr. Carlos Nelson dos Reis

Profa. Dra. Daiane Boelhouwer Menezes

RESUMO

A presente dissertação trata da reeleição da Presidente Dilma no ano de 2014 à luz dos modelos de ciclos político-econômico incorporando o federalismo como elemento de análise ao incluir as transferências orçamentárias e voluntárias aos municípios. Por meio de um modelo *Tobit*, procura-se estabelecer se houveram alterações nas transferências aos municípios capazes de influenciar a votação da candidata governista. Analisa-se também se o Programa Bolsa Família, as diferenças regionais, a relação entre o Partido dos Trabalhadores e os demais partidos da coligação governista e outras variáveis sócio demográficas impactaram na votação da candidata. Obteve-se como resultado que as transferências correntes da União impactam positivamente na votação da candidata enquanto que as transferências multigovernamentais tem relação inversa com a votação. Outros resultados importantes dizem respeito ao impacto do PBF na votação da presidente e indica que a influência causada pelo programa é bastante reduzida. Da mesma forma, a relação entre o prefeitos e governadores do principal partido governista e os demais partidos da coligação também não tem grande impacto na votação da candidata. As variáveis que se mostraram mais importantes na análise da votação da candidata foram a votação na eleição de 2010, indicando a permanência de uma base eleitoral do PT e o IDH-M apresentando relação negativa com a votação da candidata.

Palavras-chave: Ciclos político-eleitorais; eleições presidenciais; eleições no Brasil; Transferências Intergovernamentais; Transferências da União.

ABSTRACT

This dissertation deals with the re-election of President Dilma in 2014 in the light of models of economic cycles incorporating federalism as an analytical element to include budgetary and voluntary transfers to municipalities. Through a Tobit model, we seek to establish whether there were changes in transfers to municipalities able to influence the vote of the government candidate. It analyzes also the “Bolsa Família” program (PBF), regional differences, the relationship between the Workers' Party (Partido dos Trabalhadores – PT) and other parties of the ruling coalition and other sociodemographic variables impacted the vote on the candidate. As a result, the current transfers of the federal government positively impact the vote on the candidate while multigovernmentals transfers has an inverse relationship with the vote. Other important results concerning the impact of PBF in the vote of the chairman and indicates that the influence caused by the program is greatly reduced. Similarly, the relationship between the mayors and governors of the main ruling party and the other coalition parties also have no major impact on the vote on the candidate. The variables that were most important in the analysis of the candidate's vote was the vote in the 2010 election, indicating the continuation of an electoral base of the PT and the HDI showed a negative relationship with the vote on the candidate.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Comparação das votações do segundo turno das eleições de 1989 a 2014.....	28
Tabela 2 - Percentual de votos válidos por regiões – primeiro turno/2014.....	30
Tabela 3 – Votação por regiões - segundo turno/2014.....	31
Tabela 4 - Crescimento dos votos por estado/região entre os dois turnos dos principais candidatos nas eleições de 2014 e 2010	32
Tabela 5 - Coligações Partidárias Eleições Presidenciais Brasileiras 2002-2014.....	36
Tabela 6 - Descrição das variáveis	48
Tabela 7 - Estimativa modelo Tobit com valores de transferências per capita	60
Tabela 8 - Efeitos parciais da estimativa do modelo Tobit para transferências per capita.....	62

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Classificação das Receitas Correntes dos municípios.....	50
Quadro 2 - Classificação das Transferências Intergovernamentais da União e Multigovernamentais	51
Quadro 3 - Classificação das transferências correntes de convênios da União.....	53
Quadro 4 - Classificação das Receitas de Capital dos Municípios.....	53

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Participação média das transferências do governo federal nas receitas correntes dos municípios - por regiões (2011-2014).....	52
Gráfico 2 - Valor médio de transferências correntes da União per capita por regiões – 2011 a 2014	52
Gráfico 3 - Transferências correntes de convênios da União per capita por regiões – 2011 a 2014	53
Gráfico 4- Participação média das transferências de capital da União nas receitas de capital por região – 2011 a 2014	54
Gráfico 5 - Valor médio repassado por família pelo BPF por região – 2011 a 2014.....	55
Gráfico 6 – Número médio de famílias beneficiárias do BPF por região – 2011 a 2014.....	55
Gráfico 7 - Valores médios do percentual de jovens, idosos, mulheres, analfabetos e pessoas de nível superior no eleitorado por região.....	56
Gráfico 8 - Função Densidade de Kernel para as votações da candidata governista no segundo turno das eleições de 2010 e 2014	57

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ARENA – Aliança Renovadora Nacional
CCT – *Conditional Cash Transfer*
CEPAC - Certificados de Potencial Adicional de Construção
CFEM – Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais
CN – Congresso Nacional
DEM – Democratas
FHC – Fernando Henrique Cardoso
FNAS – Fundo Nacional de Assistência Social
FNDE – Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação
FPE – Fundo de Participação dos Estados
FPM – Fundo de Participação dos Municípios
FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
ICMS – Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços
IDH-M – Índice de Desenvolvimento Humano – Municípios
IE – Imposto de Exportação
II – Imposto de Importação
IOF – Imposto sobre Operações Financeiras
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados
IPTU - Imposto de Propriedade Territorial Urbano
IPVA – Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores
IR – Imposto de Renda
ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza
ITBI- Imposto de Transmissão de Bens Imóveis
ITCMD – Imposto de Transmissão *Causa Mortis* e doação
ITR – Imposto Territorial Rural
L.C. – Lei Complementar
LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social
OCDE – Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico
PBF – Programa Bolsa Família
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PCdoB – Partido Comunista do Brasil
PCO – Partido da Causa Operária
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PFL – Partido da Frente Liberal
PGT – Partido Geral dos Trabalhadores
PHS – Partido Humanista da Solidariedade
PL – Partido Liberal
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN – Partido da Mobilização Nacional
PP – Partido Progressista
PPB – Partido Progressista Brasileiro
PPL – Partido Pátria Livre
PPS – Partido Popular Socialista
PR – Partido da República
PRB – Partido Republicano Brasileiro

PRN – Partido da Reconstrução Nacional
PRONA – Partido da Reedificação da Ordem Nacional
PROS – Partido Republicano da Ordem Social
PRP – Partido Republicano Progressista
PRTB – Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSC – Partido Social Cristão
PSD – Partido Social-Democrático
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PSDC – Partido Social Democrático Cristão
PSL – Partido Social Liberal
PSN – Partido Solidarista Nacional
PSOL – Partido Socialismo e Liberdade
PSP – Partido Social Progressista
PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados
PT – Partido dos Trabalhadores
PT do B – Partido Trabalhista do Brasil
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PTC – Partido Trabalhista Cristão
PTN – Partido Trabalhista Nacional
PV – Partido Verde
SD - Solidarietà
SICONFI - Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
SUS – Sistema Único de Saúde
TSE – Tribunal Superior Eleitoral
VV – votos válidos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1.CICLOS POLÍTICO-ECONÔMICOS	16
1.1.Modelos Oportunistas com expectativas adaptativas	16
1.2.Modelos Partidários	19
1.3.Modelos Oportunistas com expectativas racionais.....	21
2.SISTEMA POLÍTICO BRASILEIRO	26
2.1.Sistema político brasileiro e comportamento eleitoral	26
2.2.Coligações partidárias e Coalizões Governistas	34
2.3.Relações entre Executivo e Legislativo e Orçamento Público Federal	38
3.METODOLOGIA.....	41
3.1.Estudos sobre ciclos político-econômicos no Brasil	41
3.2.Especificação do modelo	45
3.3.Definição das variáveis.....	49
3.3.1.Transferências Intergovernamentais	49
3.3.2.Programa Bolsa Família	54
3.3.3.Variáveis sócio demográficas.....	56
3.3.4.Variáveis políticas	57
4.PROCEDIMENTOS E ESTIMATIVAS DO MODELO.....	59
4.1.Modelo <i>Tobit</i> com as transferências em valores <i>per capita</i>	59
4.1.1.Efeitos parciais	61
CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	66
APÊNDICE	69

INTRODUÇÃO

Economia e política estão intrinsecamente ligadas ainda que tenham objetos diferentes. A Política procura analisar os sistemas políticos e descrever seus comportamentos enfatizando as relações de poder existentes, enquanto que a Economia analisa a atividade econômica e seu impacto na vida dos indivíduos objetivando o desenvolvimento econômico. Ambas estão cotidianamente presentes na vida social, mas é no período eleitoral que a inter-relação entre as duas ciências se estreita.

No sistema democrático representativo, o eleitor deve escolher seus representantes em eleições periódicas. Entretanto, quais são os fatores que importam na sua escolha? Acredita-se que o eleitor escolha o candidato que melhor o represente e que seja capaz de conduzir as políticas econômicas e sociais necessárias para melhorias na qualidade de vida, saúde, educação, transportes, etc.. Entretanto, dada a incerteza quanto ao futuro e quanto à capacidade do candidato em cumprir as promessas de campanha, a escolha do eleitor envolve um processo de decisão complexo que precisa ser orientada por alguns fatores.

Sob a ótica da escolha racional, acredita-se que o eleitor compara as propostas de campanha dos candidatos de oposição às do candidato ou partido governista e assim decide o seu voto. Dessa forma, se utiliza de sua percepção sobre sua situação econômica e social e as melhorias implementadas pelo último governo para escolher se mantém o candidato governista ou se vota na oposição. Seguindo esta lógica, a visão mais óbvia é de que o candidato governista poderia ser induzido a se utilizar de políticas que aumentassem o bem-estar dos eleitores com o objetivo de permanecer no poder. No entanto, a situação é bem mais complexa e, os vários autores abordados neste trabalho procuram elucidar alguns dos seus aspectos.

Especificamente no Brasil, a utilização de recursos públicos se dá em um sistema federativo complexo que não permite que o “eleitor mediano¹” identifique facilmente a origem dos recursos utilizados para a realização das melhorias na cidade, estado, país. No sistema federalista brasileiro a arrecadação de boa parte dos impostos é feita pelo Governo

¹ O teorema do eleitor mediano foi inicialmente identificado por Hotelling (1929) e aprimorado por Downs (1999). Hotelling aponta que a competição por votos entre os partidos Democrata e Republicano nos Estados Unidos não leva a uma definição clara das posições políticas dos partidos e que cada partido tenta fazer sua plataforma o mais próxima possível da plataforma do oponente, qualquer posição mais radical pode levar a perda de votos uma vez que as preferências dos eleitores votariam no candidato que mais se aproxima de suas políticas preferidas. Downs (1999) torna a análise desta relação mais sofisticada ao estabelecer que as preferências políticas podem ser ordenadas da esquerda para a direita. Uma análise mais aprofundada do conceito pode ser obtida em “A estática e a dinâmica das ideologias partidárias” In: (DOWNS, 1999, p. 135–162).

Federal e repassado aos Estados e Municípios através de transferências orçamentárias e voluntárias. O aumento das transferências no período pré-eleitoral indicaria que a presidente estaria tentando se utilizar destes repasses com objetivo de angariar mais votos dos eleitores com o aumento do bem-estar destes advindo das melhorias nos serviços públicos. Entretanto, mesmo que haja aumento das transferências o eleitor pode não as relacionar à administração do candidato ou pode ainda prever que haverá, logo após as eleições, aumento de impostos para compensar o aumento das despesas no período pré-eleitoral e que, portanto, votar na candidata governista não traria benefícios a ele. Estamos, desta forma, preocupados em identificar esta possível relação entre as transferências do governo federal aos municípios e a votação da candidata governista na última eleição.

A eleição presidencial de 2014 foi uma das eleições mais acirradas² após a redemocratização brasileira e resultou na reeleição da Presidente Dilma e a manutenção do Partido dos Trabalhadores (PT) no executivo federal³. Um dos principais argumentos utilizados pelos críticos da reeleição da Presidente no período imediatamente posterior ao pleito diz respeito a distribuição regional dos votos obtidos por ela. A alegação é de que as regiões mais pobres geraram mais votos à candidata governista que as regiões mais desenvolvidas do país e de que há uma relação direta entre os programas de redistribuição de renda do governo federal (especialmente o Bolsa Família), com ênfase para a região Nordeste, e a votação da candidata. Haveria, portanto, uma relação inversa entre o desenvolvimento local e o resultado das eleições. O que sugere que as regiões menos desenvolvidas estariam mais sujeitas a votar na candidata governista com o objetivo de garantir que programas sociais e outras formas de transferência do governo federal não fossem interrompidas.

Diante desta situação podemos nos perguntar: Há mesmo relação entre as transferências do governo federal e a votação obtida pela candidata eleita? Neste trabalho, procuramos identificar a relação, se ela existir, entre as transferências realizadas pelo governo federal aos municípios e a reeleição da Presidente Dilma, ou seja, se houve algum tipo de

² A diferença entre a votação dos candidatos do segundo turno de 2014 (Dilma Roussef e Aécio Neves) foi de apenas 3,28%. Nas eleições de 2010, Dilma ganhou diferença de 12,1% dos votos no segundo turno contra José Serra. Lula venceu o segundo turno contra Geraldo Alckimin em 2006 com uma diferença de 21,66% dos votos. O segundo turno das eleições de 2002, entre Lula e José Serra teve uma diferença de 22,56% dos votos. Em 1998, Fernando Henrique Cardoso foi reeleito ainda no primeiro turno com 21,35% a mais de votos que o segundo candidato mais votado, Luis Inácio Lula da Silva. A eleição de 1994 também foi vencida ainda no primeiro turno por FHC com 27,23% a mais de votos que o segundo colocado, Lula. A eleição de 1989, primeira eleição democrática, Collor teve 6,08% a mais de votos que o segundo candidato (Lula) no segundo turno. Também deve-se ressaltar a importância das manifestações realizadas em todo o país no ano de 2013 para o acirramento do ânimo do eleitorado nacional.

³ Atualmente a Presidente eleita passa por um processo de impeachment que deixa os cenários político e econômico mais conturbados.

alteração pré-eleitoral no ano que antecede a eleição presidencial de 2014 que tenha resultado em votos para a candidata ou algum tipo de benefício a municípios ou estados com prefeitos ou governadores do mesmo partido ou coligação da presidente.

Este trabalho está dividido em quatro capítulos, além dessa introdução. No primeiro capítulo são apresentados os principais modelos de ciclos político-econômicos que permitem identificar algumas variáveis importantes apontando como os autores relacionam as variáveis políticas e econômicas. No segundo capítulo são apresentados alguns aspectos relevantes do sistema político brasileiro, dados sobre as eleições brasileiras e da relação entre o Executivo e o Legislativo na constituição do orçamento federal a fim de apontarmos o grau de participação do Executivo Federal nas decisões de alocação de recursos da União. O terceiro capítulo apresenta detalhes sobre os dados e a metodologia utilizada. O quarto capítulo apresenta as estimativas obtidas com o modelo. E, finalmente, faremos as considerações finais.

1. CICLOS POLÍTICO-ECONÔMICOS

A partir da crise dos anos 1930 houve a ampliação da utilização de políticas econômicas com o objetivo de ampliar o bem-estar social, reduzir a desigualdade econômica e, no caso brasileiro, assegurar o desenvolvimento do país. A utilização de tais medidas, apesar do período de *welfare state*, teve sua eficácia reduzida com as crises da década de 1970. É justamente a partir da década de 1970 que os estudos sobre ciclos político-econômicos se proliferaram com maior velocidade. Na década de 1980, com a crise da dívida, amplia-se o debate sobre déficits públicos e sobre a utilização de políticas com fins eleitorais, ou melhor, sobre a utilização de recursos públicos com fins eleitoreiros que geram o déficit público. Atualmente, os estudos de ciclos político-econômicos incorporam elementos menos centrados nas políticas econômicas, mas de grande impacto como a estrutura política, acesso a informação, relacionamento entre o Legislativo e o Federativo, etc.

Os estudos sobre ciclos político-econômicos podem ser divididos em quatro categorias que relacionam o tipo de política escolhida pelo partido e as expectativas dos eleitores (e dos candidatos) sobre o jogo político. As políticas podem ser oportunistas (quando o governante se utiliza de políticas visando seu próprio benefício político) ou partidárias (quando um governante orienta as políticas de seu governo com base em sua orientação político-partidária). As expectativas podem ser racionais ou adaptativas e terem informação completa ou incompleta. Alguns modelos refletem, em boa medida, o desenvolvimento da ciência econômica na época de sua publicação enfatizando o *trade-off* inflação/desemprego e os modelos de formação de expectativas que eram bastante discutidos naquele momento.

Nas seções seguintes serão apresentadas as principais contribuições no debate dos ciclos políticos-econômicos que nos permitirão identificar algumas relações importantes entre economia e política.

1.1. Modelos Oportunistas com expectativas adaptativas

Um dos primeiros estudos que procura estudar os governos democráticos relacionando o comportamento eleitoral e a política econômica é de “*Uma Teoria Econômica da Democracia*” (1957) de Anthony Downs. Sua abordagem procura explicar como os eleitores racionais escolhem seus governantes no regime democrático. Segundo o autor, a função política das eleições neste regime é o de selecionar um governo e o comportamento racional vinculado às eleições é um comportamento orientado para este fim e nenhum outro. O *homo*

politicus, definido pelo autor, é um homem médio do eleitorado, um cidadão racional de uma democracia modelo capaz de classificar e indicar um ranking de preferências transitivas e constantes.

Há uma condição importante ressaltada por Downs (1999) para que os eleitores ajam racionalmente: a ordem social deve ser previsível permitindo que o *homo politicus* possa prever aproximadamente o comportamento dos outros cidadãos e do governo.

A estrutura do modelo proposto por Downs (1999) assume que todo governo procura maximizar o apoio político numa sociedade democrática em que existem eleições periódicas. O partido governante terá como objetivo a reeleição, a oposição buscará a eleição. O partido governante tem liberdade ilimitada de ação dentro dos limites da constituição. Dentre os limites constitucionais impostos ao partido governante estão a garantia de que os partidos de oposição tenham liberdade de operação e de que o calendário das eleições não pode ser alterado, se repetindo em intervalos fixos. A partir desta estrutura básica o autor procura delinear como o governo racional se comporta para alcançar seu objetivo.

No que diz respeito a motivação partidária, a hipótese fundamental é que “os partidos formulam políticas a fim de ganhar eleições, e não ganham eleições a fim de formular políticas” (DOWNS, 1999, p. 50). O autor salienta que um ponto importante na motivação dos indivíduos que formam o partido e, em especial, aos que assumem cargos políticos seriam as motivações pessoais. Segundo ele, os membros são motivados por seu desejo pessoal por renda, prestígio e poder que advêm do cargo público e, portanto, o desempenho da sua função social é um meio de se atingir as ambições privadas dos indivíduos.

A lógica básica do voto fundar-se no axioma de racionalidade do cidadão que vota no partido que ele acredita que lhe proporcionará mais benefícios (definidos como fluxos de utilidade obtidas da atividade governamental). Importa salientar que a percepção sobre a renda de utilidade recebida é fundamental sobre a decisão de voto dos eleitores: “apenas os benefícios dos quais os eleitores se tornam conscientes podem influenciar suas decisões de voto; de outro modo, seu comportamento seria irracional” (DOWNS, 1999, p. 58).

A partir da identificação da renda de utilidade⁴ que o eleitor espera receber, Downs (1999) estabelece um “diferencial partidário esperado” do cidadão e identifica as preferências eleitorais do cidadão. A ideologia partidária é importante como “atalho” para o eleitor, pois

⁴ Downs define a renda de utilidade do eleitor como a utilidade recebida pelos cidadãos. Segundo o autor, “Essa renda inclui benefícios que o beneficiário não percebe que está recebendo. Também inclui benefícios que ele sabe estar recebendo, mas cuja fonte exata ele não conhece” (Downs, 1999, p. 58)

reduz seu custo de informação. O partido, ciente que o eleitor vota por meio de ideologia, a modela para atrair o maior número de eleitores possível.

Outra referência que utiliza a percepção oportunista dos partidos políticos é Nordhaus (1975). Ele apresenta um modelo de escolha pública intertemporal que tem o *trade-off* inflação-desemprego como decisivo para o comportamento do eleitor. Segundo o autor, a preferência dos eleitores é por baixo desemprego e baixa inflação, logo os eleitores utilizam a taxa de desemprego como indicador da possibilidade de ter sua renda alterada com a perda do emprego. A aversão à inflação seria menos evidente, mas relacionada a problemas no balanço de pagamentos, na alocação ineficiente dos recursos e na distribuição de renda arbitrária. Seu modelo pressupõe eleitores com preferências racionais, porém que ignoram o *trade-off* macroeconômico e que orientam suas decisões políticas pelas experiências passadas. Como os indivíduos desconhecem os objetivos e políticas viáveis de cada partido, o autor sugere que os indivíduos formam suas expectativas sobre qual será o comportamento do partido baseado em seu comportamento passado. Além disso, o eleitor tem memória decrescente, ou seja, o peso das políticas mais recentes adotadas pelo governo é maior do que as políticas passadas. A diferenciação dos partidos se dá através da sua posição escolhida no *trade-off* inflação-desemprego.

Para avaliar o governo, o eleitor então compara o comportamento do partido governante com o comportamento usual dos demais partidos no passado. Se as condições econômicas se deterioraram em relação às expectativas então o eleitor votará contra o partido governante e vice-versa. O autor aponta que a comparação entre performance atual e esperada deixa de lado questões importantes como a orientação ideológica do partido, contudo, os partidos políticos estariam mais interessados em “lucros políticos” do que em manter sua ideologia. O partido governante, durante seu mandato, escolhe a política econômica que maximizará seus votos na próxima eleição. A questão central é, então, qual será o nível ótimo de inflação e desemprego na ausência de restrições políticas que maximizará votos.

No curto prazo, o governante vitorioso combaterá a inflação e conseqüentemente, elevará o desemprego. No entanto, com a aproximação do período eleitoral, o governo utilizará políticas para baixar a taxa de desemprego. O resultado para o longo prazo que é identificado por Nordhaus (1975) é que os sistemas democráticos escolherão uma política com desemprego mais baixo e inflação mais alta que o nível ótimo. Outro resultado apontado é que a política implementada pelo partido levará a um “*political business cycle*” com desemprego e deflação nos anos iniciais do mandato seguido por crescimento inflacionário à medida que a eleição se aproxima.

Quais seriam as possíveis soluções para esta tendência dos sistemas democráticos? Nordhaus (1975) aponta a melhora nas informações disponíveis para que os eleitores punam os partidos que utilizam políticas econômicas com fins eleitorais. Além disso, o autor sugere que o planejamento forçaria o governo a negociar com a oposição e outros grupos de interesse e tornaria mais difícil para o governante utilizar-se de políticas oportunistas.

1.2. Modelos Partidários

Enquanto o modelo proposto por Nordhaus (1975) ignora as possíveis diferenças partidárias e o modelo de Downs (1999) não coloque ênfase nelas, uma vez que os partidos políticos moldam sua ideologia de forma a obter mais votos, Hibbs (1977) publica o artigo “*Political Parties and Macroeconomic Policy*” em que procura analisar padrões de políticas macroeconômicas associados a partidos de esquerda e direita para 12 países no pós-guerra⁵. O estudo, assim como o artigo de Nordhaus (1975), centra-se no *trade-off* da Curva de Phillips, mas para Hibbs há uma diferença ideológica que faz com que partidos de esquerda prefiram baixo desemprego com inflação mais elevada e partidos de centro e direita prefiram inflação menor e maior desemprego.

Hibbs (1977) aponta que a preocupação com o desemprego ou a inflação está relacionada a classe social a que o indivíduo pertence, pois, os grupos de baixa e média renda são mais avessos ao desemprego que a inflação enquanto grupos de alta renda são mais preocupados com inflação que com desemprego. Com base na diferença de preferências, Hibbs (1977) apresenta dados relacionando inflação e desemprego para os países analisados que corroboram seu modelo, ou seja, que governos de esquerda apresentam maior inflação e menor desemprego quando comparados a governos de direita.

Para a América Latina, Corrêa (2015) avalia que as influências dos chefes de Executivo diferem da observadas nos países da OCDE, pois sofrem impacto da grande desigualdade social. Ele identifica as diferenças nas políticas partidárias na América Latina em que partidos de esquerda estão mais preocupados com redistribuição de renda e a direita mais preocupada com a manutenção da ordem e proteção da propriedade privada.

Outra abordagem que procura elucidar as diferenças partidárias é o artigo “*Macroeconomic Policy in a Two-Party System as a repeated game*”. Alesina (1987) aborda a interação entre dois partidos com objetivos de inflação e desempregos diferentes utilizando

⁵ Hibbs (1977) utiliza dados dos seguintes países: Dinamarca, Finlândia, Suíça, Noruega, Holanda, França, Itália, Reino Unido, Bélgica, Alemanha Ocidental, Canadá e Estados Unidos.

expectativas racionais em um modelo com interação repetida. O autor critica o modelo proposto de Hibbs (1977) por utilizar expectativas adaptativas desconsiderando o efeito de que os indivíduos podem se antecipar ao comportamento do governo.

O modelo de Alesina (1987) pressupõe que os agentes privados fixam o salário nominal com base nas expectativas de inflação. Em seguida, o governo age incentivado a anunciar uma política de baixa inflação. Como os indivíduos são racionais e informados, eles reconhecem o incentivo e fixam o salário nominal de maneira a eliminar qualquer incentivo do governo para gerar inflação inesperada. Quanto mais polarizado for o sistema político, maiores as flutuações econômicas. Entretanto, tais flutuações econômicas poderiam ser evitadas se os partidos reconhecerem que a adoção de regras comuns de política trará melhor resultado no longo prazo.

Como resultado, o modelo de Alesina (1987) prevê que governos Republicanos nos Estados Unidos apresentam recessões no início dos mandatos enquanto governos Democratas apresentam taxas de inflação mais elevadas. Ou seja, o modelo convencional⁶ de ciclos políticos econômicos serviria apenas para explicar os governos Democratas e, portanto, não é capaz de explicar completamente a política americana.

Alesina e Rosenthal (1996) também analisam a interação entre executivo e legislativo num modelo partidário que utiliza teoria dos jogos. Alguns resultados importantes do modelo que procura abordar a relação entre o Executivo e a composição do Legislativo nos Estados Unidos é a presença de “*coattail effects*”, ou seja, que o candidato ganhador da eleição procurará ajudar os candidatos de seu partido que estejam concorrendo ao Congresso. Além disso, o modelo enfatiza a importância do “*midterm cycle*” nos Estados Unidos como forma de os eleitores adquirirem mais informações sobre a competência do presidente, após os dois primeiros anos de mandato e, desta forma, eleger congressistas aliados ao governo ou da oposição conforme a percepção dos eleitores.

Há de se fazer uma observação sobre as eleições de meio de mandato. Nos Estados Unidos as “*Midterm elections*” alteram toda a Câmara de Representantes e um terço das cadeiras do Senado, e também são realizadas eleições para governador em 34 dos 50 estados americanos e para várias posições dos governos municipais. Já no Brasil, as eleições de meio de mandato são para as posições do Executivo e Legislativo Municipal enquanto que a composição do Congresso Nacional, Executivo e Legislativo Estaduais cumprem o mandato simultaneamente ao Executivo Federal. Entretanto, é comum que vários candidatos que estão

⁶ O modelo definido como convencional é o de Nordhaus (1975).

cumprindo mandatos nas esferas Federal ou Estadual retornem aos seus municípios de origem para a disputa das eleições municipais. Assim, as eleições municipais brasileiras podem ser interpretadas como um termômetro da situação política e uma possível reestruturação das alianças locais, especialmente nas grandes cidades.

1.3. Modelos Oportunistas com expectativas racionais

Rogoff e Sibert (1988) analisam o cenário em que o comportamento dos eleitores é racional com assimetria de informação. Os modelos com expectativas racionais apontam que os eleitores são capazes de antever o comportamento oportunista dos candidatos e, desta forma, não seriam iludidos por políticas eleitoreiras. Entretanto, ao assumir que mesmo que os eleitores sejam racionais há assimetria de informação sobre as competências dos candidatos ao governo, o modelo permite que existam ciclos eleitorais. Nos meses que precedem a eleição os candidatos seriam incentivados a sinalizar sua competência. Neste modelo, o governo obtém informação sobre sua competência mais rapidamente que os eleitores e estes, por sua vez, observam a competência do governante diretamente, mas de forma defasada. Um governo competente seria aquele que produz mais bens públicos utilizando menos receita e, portanto, relacionado diretamente com a habilidade administrativa do governante.

O partido governante tentaria demonstrar sua competência por meio de um “choque de competência” maior no ano eleitoral. O partido de oposição não teria nenhum meio de sinalizar a efetividade de suas políticas.

Há duas possibilidades de equilíbrio: o primeiro seria um equilíbrio não reputacional com horizonte temporal finito em que a decisão dos eleitores é baseada em uma visão de curto prazo:

During election periods, the equilibrium has the following characteristics: If the incumbent party knows that its competency shock is the lowest possible, then it will not cheat at all. This result obtains even if the incumbent's temptation to improve its image is greatest when its competency is lowest. The use of seignorage is increasing over a range of realizations of the unobservable competency shock, but is declining at higher levels of competency. Incumbents of intermediate ability cheat the most (ROGOFF; SIBERT, 1988, p. 2).

A segunda possibilidade seria um equilíbrio reputacional com horizonte temporal infinito em que os eleitores e os partidos políticos colocam mais peso no futuro e poderiam, portanto, chegar mais próximo de um resultado ótimo em que não são utilizadas políticas oportunistas.

Rogoff (1990) procura articular melhor o modelo apresentado em Rogoff e Sibert (1988) relacionando também, o comportamento dos eleitores aos ciclos econômico-políticos. Seu modelo se baseia no pressuposto de que tanto os eleitores quanto os políticos sejam racionais, mas que há informação assimétrica sobre a competência dos políticos quanto à administração pública. Desta forma, com o aumento da oferta monetária no ano anterior à eleição, o governante poderia temporariamente aumentar o produto e o emprego. Os eleitores, por não perceberem que a inflação iria aumentar após as eleições e que o produto e o emprego voltariam a sua taxa natural, responderiam positivamente aos incentivos dados pelo governante. Ou seja, os governantes, por serem mais bem informados acerca da sua própria competência conseguiriam induzir o eleitor a votar neles por meio da manipulação do gasto público.

Shi e Svensson (2003) utilizam o conceito de risco moral para a compreensão dos ciclos político-eleitorais. Os autores argumentam que os modelos desenvolvidos por Rogoff e Sibert (1988) e Rogoff (1990) seriam modelos com expectativas racionais e seleção adversa, em que os eleitores escolheriam erroneamente devido a informação assimétrica entre os governantes e os eleitores.

No modelo de risco moral desenvolvido por Shi e Svensson (2003), tanto governantes quanto eleitores não são capazes de observar a competência dos governantes, ou seja, os políticos estão incertos sobre como eles poderão lidar com os problemas futuros e como poderão transformar as receitas do governo em benefícios públicos. Os eleitores são racionais e desejam eleger o candidato mais competente. Os candidatos para sinalizar sua competência manipulam a política econômica no período pré-eleitoral visando aumentar suas chances de reeleição e, desta forma, geram déficits orçamentários. Os autores apontam que os ciclos políticos orçamentários são maiores nos países em desenvolvimento que em países desenvolvidos e que a fonte do ciclo é tanto na redução nos impostos quanto no maior gasto público.

A questão da diferença dos ciclos políticos orçamentários entre os países também já havia sido apontada por Alesina e Perotti (1994). Estes procuram responder por que alguns países da OCDE acumulam grandes déficits por meio da discussão dos modelos político-econômicos. O argumento central é de que, apesar dos países da OCDE serem democracias industriais avançadas com alto nível de renda per capita, há fatores político-institucionais que são importantes para se entender os déficits orçamentários. Neste sentido, retomam o argumento da Teoria da Escolha Pública de que as diferentes estruturas de taxação e instituições fiscais poderiam levar a maior ilusão fiscal. O conceito de ilusão fiscal é definido

aqui como um viés sistemático nos “erros” dos eleitores. Segundo os autores, se os eleitores tiverem erros não-correlacionados, na média, eles não superestimarão ou subestimarão os custos e benefícios dos impostos e dos gastos. Entretanto, com a ilusão fiscal os votos seriam viesados em uma certa direção.

O conflito intertemporal também é discutido por Alesina e Perotti (1994) na medida em que uma geração egoísta poderia optar por políticas no presente com custos que deverão ser pagos pelas gerações futuras. Nas palavras dos autores: “There is a critical difference between the current generations and future generation (including children currently alive): only the current one votes⁷” (ALESINA; PEROTTI, 1994, p. 14). Mas o argumento intertemporal não seria capaz de explicar porque os déficits orçamentários estariam ocorrendo na década de 1990 e não no passado ou futuro e nem porque alguns países apresentam déficits maiores que outros.

O argumento de conflito intratemporal sobre a disputa entre os diferentes grupos sócio-políticos pela distribuição dos recursos é apontado como o mais plausível para explicar a persistência do desequilíbrio fiscal. A disputa distributiva entre os grupos sociais atrasaria a adoção de políticas capazes de estabilizar o orçamento. Os governos de coalizão seriam mais prejudicados uma vez que a menor coesão entre os partidos (em comparação com governos unipartidários) implicaria em mais dificuldade em atingir um acordo quanto a distribuição equitativa dos custos do ajuste fiscal e, como resultado, quanto maior o número de partidos pertencentes a coalizão do governo, maior deve ser o déficit público (ALESINA; PEROTTI, 1994). Ou seja, a estrutura do governo e dos sistemas partidários depende do sistema eleitoral e impacta no orçamento público.

Outra questão apontada pelos autores são os interesses geograficamente dispersos. Representantes com uma base geográfica superestimam os benefícios de projetos públicos em seus distritos em comparação aos custos de financiamentos dos projetos que seriam distribuídos por todo país. Este ponto aborda os projetos do tipo clientelista⁸ mas, principalmente, programas de transferência de renda que acabariam priorizando determinadas regiões em detrimento de outras. Ou seja, a distribuição geográfica dos custos, benefícios e poder de decisão pode ter impacto significativo no orçamento agregado:

⁷ Tradução: Há uma grande diferença entre a geração atual e as futuras gerações (incluindo as crianças de agora): apenas a geração atual vota.

⁸ Alesina e Perotti (1994) acreditam que políticas clientelistas representam uma porção relativamente pequena dos orçamentos dos países da OCDE.

Suppose that spending decisions are taken at the local level, and are financed with transfers by the national government that raises taxes. The same mechanism operates in this case, as for the case of geographically elected representatives. The local authorities do not fully internalize the effects of their spending decisions over the overall budget for the same reasons why the geographically elected representatives don't. Clearly, the incentives for the local authorities are different if they are responsible for both taxing and spending decisions (ALESINA; PEROTTI, 1994 p. 31-32).

Há ainda outro ponto importante a ser lembrado: o nível de abertura da democracia. Doležalová (2011) aponta que países com menor grau de abertura democrática apresentam mais manipulação eleitoral, resultado da menor possibilidade de se informarem acerca das políticas oportunistas utilizadas pelos governos. Este estudo corrobora, portanto, a percepção de que eleitores racionais bem informados podem antecipar o uso de tais políticas e punir os políticos que a utilizam.

Przeworski et al. (1999) distinguem duas concepções sobre o sistema representativo. A primeira é a concepção de mandato em que, se os eleitores acreditarem que os candidatos são diferentes, eles procurarão escolher o melhor candidato. Durante o período eleitoral, os candidatos e partidos se apresentam para os eleitores informando suas plataformas de campanha. As condições para que o mandato representativo ocorra são três: que os interesses dos candidatos e dos eleitores sejam coincidentes, que os políticos têm como objetivo a reeleição e assim cumprem suas promessas de campanha e que os políticos estão preocupados com a credibilidade de suas futuras promessas. Mas, há algumas situações que os políticos serão incentivados a se desviar de suas promessas, seja em benefício dos eleitores ou em benefício próprio, pois não há nenhum mecanismo que obrigue os candidatos a seguir sua plataforma de campanha. A segunda concepção utilizada pelos autores é a de *accountability* em que os eleitores podem identificar se os candidatos estão agindo em benefício dos eleitores. Uma representação do tipo *accountability* ocorre quando os eleitores votam para manter o candidato governista apenas se ele agiu preocupado com o povo e, o candidato escolhe políticas com o objetivo de ser reeleito. O voto retrospectivo é o modelo padrão de como o mecanismo de *accountability* funciona, pois os eleitores estabelecem critérios de performance para avaliar os candidatos e votam contra os candidatos caso eles não atinjam estes critérios. Em um cenário com informação incompleta em que os candidatos estão preocupados com a reeleição, as sinalizações de políticas preferidas pelos eleitores podem levar os candidatos a “maquiarem” suas promessas indicando que o melhor para os eleitores

seria não demonstrar suas preferências, enquanto que, se o candidato não está preocupado com a reeleição, os eleitores estariam em melhor situação se apresentassem suas demandas. Para os autores, os eleitores devem utilizar seu voto com dois propósitos: selecionar o melhor político e as melhores políticas e induzi-los a se comportarem adequadamente quando no poder.

A ampliação do debate sobre a utilização ou não de políticas econômicas oportunistas com fins eleitorais, especialmente na década de 1990, incentivou a criação de leis mais rígidas quanto a utilização das receitas públicas e transparência governamental, permitindo que a população tenha mais controle no processo democrático. No Brasil, a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n. 101) de 2000 e, posteriormente, a Lei de Acesso a Informação (Lei 12.527/2011) são exemplos disso. A LRF postula diretrizes para a utilização do gasto público, limites mínimos para Educação e Saúde, limite máximo para gastos com pessoal, além de limites para o endividamento público. Estabelece, portanto, restrições para a utilização de políticas oportunistas pelos governantes e vem promovendo alterações significativas no comportamento dos governantes. Um exemplo do impacto da LRF no Brasil é apresentado por Arvate, Avelino e Lucinda (2008) indicando que a lei trouxe alterações nos resultados fiscais dos estados brasileiros e, principalmente, que partidos de esquerda passaram a apresentar melhores resultados.

2. SISTEMA POLÍTICO BRASILEIRO

No capítulo anterior, procurou-se apresentar os principais modelos que relacionam as variáveis econômicas e políticas. Neste capítulo, entra-se em algumas peculiaridades do sistema político brasileiro.

Na seção 2.1 é apresentado um breve histórico das eleições pós-redemocratização, em especial da eleição de 2014, trazendo alguns estudos sobre determinantes eleitorais no Brasil. A seção 2.2 apresenta as coligações partidárias nas últimas eleições e sua importância pós-eleitoral na formação de coalizões governistas. Por fim, a seção 2.3 apresenta as relações políticas entre o Executivo e o Legislativo no Brasil tratando especificamente da construção do orçamento federal e relacionando aos interesses partidários de consolidação de alianças políticas.

2.1. Sistema político brasileiro e comportamento eleitoral

Após a redemocratização teve-se sete eleições para o Executivo e Legislativo Estadual e Federal e quatro presidentes eleitos⁹ diferentes: Fernando Collor (1989), Fernando Henrique Cardoso (1994 e 1998), Luis Inácio Lula da Silva (2002, 2006) e Dilma Rousseff (2010 e 2014). E seis eleições para o Executivo e Legislativo Municipal¹⁰, o que dificulta um estudo histórico mais abrangente sobre a democracia brasileira. Considera-se que o Brasil passou por dois períodos democráticos. O primeiro foi de 1946-1964 que se iniciou com o fim da Ditadura Vargas e foi até o governo de João Goulart e, o segundo, que se iniciou a partir de 1985, com o fim da Ditadura Militar e compreende os dias atuais.

Entre 1964 e 1985 o Brasil passou por um período de exceção em que houve cerceamento das liberdades políticas com a extinção dos partidos políticos em 1965 e implantação do bipartidarismo¹¹ em seguida. O retorno à democracia ocorreu lentamente, iniciando em 1979, com a retomada do sistema pluripartidário. O ano de 1985 marca o fim do período ditatorial com a posse de José Sarney (PMDB) como primeiro presidente civil desde

⁹ Ao todo teve-se seis presidentes neste período. Itamar Franco assumiu o governo em 1992 após o processo de impeachment do governo Collor e Michel Temer assumiu o governo interinamente este ano com o afastamento da presidente eleita.

¹⁰ As eleições municipais pós-redemocratização foram nos seguintes anos: 1990, 1996, 2000, 2004, 2008 e 2012.

¹¹ O sistema pluripartidário no Brasil foi extinto pelo Ato Institucional n. 2 de 1965 no Governo Castelo Branco. No ano seguinte, foram criados os dois partidos que disputariam os votos até 1979: Arena representando a situação e MDB representando a oposição.

1964. Ainda que em 1984 houvessem manifestações populares que pediam as eleições diretas no país, as “Diretas Já”, a realização de eleições diretas para presidente só ocorreu em 1989¹².

Outra mudança importante ocorre em 1988 com a promulgação da nova Constituição Brasileira em que o país adota a forma de uma República Federativa formada pela União, Estados, Municípios e o Distrito Federal tendo como Poderes, independentes e harmônicos entre si: Executivo, Legislativo e Judiciário. O chefe do executivo é escolhido pelo voto direto. O Congresso Nacional é composto pelo Senado e a Câmara de Deputados. Os deputados federais, que compõem a Câmara dos Deputados, são eleitos pelo sistema proporcional de lista aberta para mandatos de quatro anos e os Senadores são eleitos pelo sistema majoritário para mandatos de oito anos. A Carta também prevê a adoção do sistema de maioria absoluta em dois turnos para a escolha do chefe do executivo federal e estadual para municípios com mais de 200 mil eleitores. Os mandatos dos chefes do executivo também são de quatro anos e as eleições para presidente, governador, senador, deputado estadual e deputado federal coincidem. As eleições para os cargos municipais ocorrem dois anos antes da eleição presidencial (meio de mandato).

Em 1990, Fernando Collor assume como primeiro presidente eleito por eleições diretas após a Ditadura tendo vencido as eleições com uma diferença pequena de votos (6,08% de votos a mais que Lula no segundo turno). Em 1992, em meio a escândalos de corrupção, Collor (PRN) sofre um processo de *impeachment* e Itamar Franco (PRN) assume como presidente interino. Em 1994, ocorrem novas eleições e, no ano seguinte, Fernando Henrique Cardoso (FHC) do PSDB assume, pois, vence no primeiro turno com 52,18% dos votos válidos. Em 1997, cria-se a Emenda Constitucional n.16 que permite a reeleição e FHC continua na presidência, pois, é reeleito também no primeiro turno com 53,06% dos votos válidos.

O PT vence as eleições de 2002 com 61,27%¹³ dos votos válidos no segundo turno e Lula se reelege em 2006, em meio ao escândalo do Mensalão¹⁴, com 60,82% dos votos válidos no segundo turno¹⁵. Um fator de destaque é alteração no perfil dos eleitores de Lula entre as eleições de 2002 e 2006. Lula era mais bem-sucedido nas regiões mais desenvolvidas

¹² Para mais detalhes sobre as eleições no Brasil de 1824 a 2012, ver: NICOLAU (2012).

¹³ No primeiro turno, Lula obteve 46,44% dos votos válidos e o principal concorrente, José Serra, obteve 23,19%. No segundo turno, Serra obteve 38,73% dos votos válidos.

¹⁴ Mensalão foi como ficou conhecido um escândalo de corrupção no primeiro mandato do governo Lula. O episódio denunciava a compra de votos dos parlamentares para a votação de algumas matérias em tramitação. O caso resultou no julgamento de importantes políticos do Partido dos Trabalhadores como José Dirceu, José Genoino e Delúbio Soares.

¹⁵ No primeiro turno das eleições de 2006, Lula obteve 48,6% dos votos válidos e o principal candidato de oposição, Geraldo Alckmin, 41,64%. No segundo turno, Alckmin obteve 39,18% dos votos válidos.

do país e viu sua base eleitoral migrar para as regiões menos desenvolvidas em 2006. Zucco (2008) destaca que a figura de Lula se descola, nas eleições de 2006, do PT que permanece obtendo mais votos para deputado federal nas regiões mais desenvolvidas e urbanas. Segundo ele, a origem nordestina de Lula e sua capacidade de falar com as massas tornam ele um político sem paralelos nos quadros do partido.

A Tabela 1 apresenta os dados referentes ao segundo turno das eleições presidenciais desde 1989. Percebe-se o aumento, em termos de total de votos válidos, nos votos do PT até 2006 e posterior decréscimo a cada eleição. O principal partido de oposição (PSDB) tem aumentado seu percentual de votos válidos ao longo das últimas quatro eleições apontando, em alguma medida, o esgotamento do partido governista com o resultado do segundo turno da eleição de 2014 tendo apenas 3,28% dos votos válidos, a menor diferença entre todas as eleições analisadas¹⁶.

Tabela 1 - Comparação das votações do segundo turno das eleições de 1989 a 2014

	Votação	%vv¹⁷	Votação	%vv	Total de vv	Diferença de votos	
1989	Lula (PT)		Collor (PRN)		66.166.009	4.014.403	6,07%
	31.075.803	46,97%	35.090.206	53,03%			
2002	Lula (PT)		Serra (PSDB)		86.127.509	19.417.675	22,55%
	52.772.592	61,27%	33.354.917	38,73%			
2006	Lula (PT)		Alckmin (PSDB)		95.877.080	20.748.900	21,64%
	58.312.990	60,82%	37.564.090	39,18%			
2010	Dilma (PT)		Serra (PSDB)		99.463.917	12.041.141	12,11%
	55.752.529	56,05%	43.711.388	43,95%			
2014	Dilma(PT)		Aécio (PSDB)		105.542.273	3.459.963	3,28%
	54.501.118	51,64%	51.041.155	48,36%			

Fonte: elaboração da autora a partir de dados do TSE.

Alguns autores que vinculam a reeleição de Lula ao Programa Bolsa Família enfatizam a ampla cobertura do programa como mecanismo de obtenção de votos e, em especial, a correspondência entre a votação do candidato e o desenvolvimento socioeconômico da região¹⁸ (NICOLAU; PEIXOTO, 2007; MARQUES et al., 2009; SOARES; TERRON, 2008). Entretanto, Carraro *et al* (2007) criticam esta visão por utilizar uma metodologia simplista que não considera o problema da agregação dos dados eleitorais e

¹⁶ Logo após as eleições, o PSDB protocolou junto ao TSE pedido para auditoria nos sistemas de votação e recontagem dos votos do segundo turno da eleição.

¹⁷ Votos válidos.

¹⁸ Lula, no segundo turno, ganhou em todos os estados da região Nordeste (a menos desenvolvida do país), perdeu em apenas um estado da região Norte (Roraima), perdeu no estado de São Paulo na região Sudeste e dois estados da região Centro-Oeste (Mato Grosso e Mato Grosso do Sul) e perdeu em todos os estados da região Sul.

propõem que sejam analisados os ganhos de bem estar dos eleitores com as políticas econômicas do primeiro mandato do governo Lula¹⁹. Cãnedo-Pinheiro (2015) também utiliza uma metodologia mais robusta de análise e conclui que o PBF, apesar de ter maior impacto que o crescimento econômico na explicação dos votos do candidato, não é capaz de explicar sozinho a mudança no padrão de votação entre as eleições de 2002 e 2006. Enquanto Carraro *et al.*(2007) indicam que, apesar das mudanças no eleitorado, houve certa continuidade espacial no apoio ao candidato.

Segundo Holzacker e Balbackevsky (2006), o auto-posicionamento ideológico do eleitor foi relevante para explicar a votação de Lula em 2002, mas não seria capaz de explicar a votação em 2006 indicando que houve, de fato, alteração na base eleitoral do partido. Singer (2009, 2010) também utiliza características ideológicas para identificar os eleitores de Lula enfatizando a mudança ocorrida na eleição de 2006. Segundo Singer (2009), “o discurso de Lula em defesa da estabilidade tirou a plataforma a partir da qual o centro mobilizava os mais pobres, sobrando-lhe apenas o recurso às denúncias de corrupção, assunto limitado à classe média” (SINGER, 2009, p. 100).

Já Zucco (2008), que igualmente aponta a mudança na questão ideológica entre as duas eleições de Lula, indica que esta pode ser explicada pelo voto pragmático²⁰ em resposta as transferências diretas do governo. O autor também argumenta que, não apenas o menor desenvolvimento dos municípios gerou votos para Lula, mas, principalmente, a dependência destes em relação ao governo²¹, o que indica que há, segundo o autor, um relativamente estável “voto pró-governo” independentemente de qual seja o candidato do governo. Ou seja, “government candidates always fare better in the poorest regions of the country while the opposite holds for the main opposition candidates²²” (ZUCCO, 2008, p.44).

¹⁹ O artigo de Carraro et al (2007) é uma resposta às conclusões de Nicolau e Peixoto (2006). Carraro et al (2007) utilizam análise espacial para analisar a reeleição de Lula. Segundo os autores, a análise do modelo por MQO possui auto correlação espacial e que, portanto, os dados exigiriam modelos mais complexos de análise. Além disso, eles propõem que as variáveis econômicas, em especial, o aumento da exportações e baixa inflação seriam as responsáveis pela votação de Lula.

²⁰ Nas palavras do autor: “Lula’s new support base, it is argued in the sections that follow, is both the latest development in the tendency of poorer regions to support the incumbent candidate, and the product of a pragmatic response by voters to direct cash handouts from the government.” (ZUCCO,2008, p.35).

²¹ O autor testa a hipótese de que em municípios em que há menos alternativas socioeconômicas para a população, ou seja, municípios mais dependentes do governo geram mais votos para o candidato do governo. Para tal, ele acrescenta ao seu modelo (log do) PIB per capita, o tamanho relativo do setor público em comparação ao resto da economia do município e a proporção de receita operacional que o município obtém por meio das taxas municipais. Os resultados apontam que a votação de Lula foi melhor nos municípios em que o setor público é relativamente grande e onde a participação das receitas municipais é pequena. Zucco (2008) utiliza dados das eleições de 1989, 1994, 1998, 2002 e 2006. Apenas a eleição de 1989, primeira após a Ditadura Militar, não seguiria este padrão.

²² Tradução: Governantes sempre se saem melhor nas regiões mais pobres do país enquanto ocorre o oposto com os principais candidatos de oposição.

A capacidade de transferir votos de Lula foi posta à prova na eleição de 2010, quando a candidata Dilma (PT) foi eleita, no segundo turno, com 56,05% dos votos válidos²³ e uma diferença de 12,11% em relação ao candidato da oposição. Segundo Pereira; Shikida e Nakabashi (2011), a base eleitoral de Dilma na eleição de 2010 se assemelha a da eleição de Lula em 2006 e evidencia a correlação com o PBF. Nicolau (2015) também aponta na mesma direção relacionando as votações de Dilma em 2010 e 2014 com o programa e a menor renda *per capita* das regiões em que ela obteve mais votos. Estes autores corroboram a percepção de Zucco (2008) de que há uma tendência das regiões mais atrasadas do país a votarem no candidato do partido governista.

A associação feita por estes autores (CARRARO et al., 2007; NICOLAU, 2015; PEREIRA; SHIKIDA; NAKABASHI, 2011; ZUCCO, 2008) de que a votação da candidata governista seria maior nas áreas menos desenvolvidas do país nas quais o PBF tem grande impacto pode ser visualizada observando-se o comportamento dos votos por região, entretanto esta questão merece uma análise mais profunda e será analisada nos próximos capítulos.

A Tabela 2 apresenta a votação no primeiro turno das eleições de 2014, e pode-se perceber que a candidata governista teve cerca de 60% e 50% dos votos válidos no primeiro turno nas regiões nordeste e norte, respectivamente, enquanto nas demais regiões sua votação não chegou a 40% dos votos válidos.

Tabela 2 - Percentual de votos válidos por regiões – primeiro turno/2014

Regiões/Estados	Aécio	Dilma	Marina	Demais candidatos
Centro Oeste	40,99%	32,69%	23,51%	2,81%
Nordeste	15,39%	59,68%	22,76%	2,17%
Norte	28,13%	50,05%	18,70%	3,11%
Sudeste	39,46%	32,39%	23,60%	4,55%
Sul	47,21%	36,32%	12,82%	3,65%
Total Geral	33,55%	41,59%	21,32%	3,54%

Fonte: elaboração da autora a partir de dados do TSE.

No segundo turno, apesar do apoio da candidata Marina Silva ao candidato do PSDB, a candidata governista consegue uma vantagem de mais de 12 milhões de votos no Nordeste como pode-se observar na Tabela 3.

²³ O candidato da oposição, José Serra, obteve 43,95% dos votos válidos no segundo turno. Dilma e Serra foram para o segundo turno com, respectivamente, 46,91% e 32,61% dos votos válidos.

Tabela 3 – Votação por regiões - segundo turno/2014

Regiões/Estados	Aécio	Dilma	Aécio	Dilma
Centro Oeste	4.393.717	3.256.695	57,43%	42,57%
Nordeste	7.973.477	20.179.823	28,32%	71,68%
Norte	3.378.694	4.394.511	43,47%	56,53%
Sudeste	25.494.736	19.876.033	56,19%	43,81%
Sul	9.696.410	6.762.997	58,91%	41,09%
Total Geral	51.041.155	54.501.118	48,36%	51,64%

Fonte: elaboração da autora a partir de dados do TSE.

Apesar de que, à primeira vista, os dados pareçam apontar a relação direta entre PBF e votação na candidata governista, alguns estudos recentes contestam este argumento. Correa (2015) analisa 84 eleições na América Latina (18 países no período de 1990 a 2010) comparando países que tem programas ao estilo PBF aos que não tem programas deste tipo e conclui que estes não causam efeitos significativos na votação do candidato governista. A título de ilustração, o autor compara a diferença de votos obtidos pelos candidatos Cardoso (1998), Lula (2006) e Dilma (2010) em relação aos votos obtidos na eleição anterior e aponta que o aumento da cobertura do programa não implica em aumento de votos para o candidato:

In the Brazilian post-democratization era, for example, three incumbent candidates were elected or reelected with nearly the same proportion of votes they (or their predecessors) had obtained in the previous election: Cardoso in 1998, Lula in 2006, and Rousseff in 2010. The administrations that led to their electoral victories had also improved the average economic growth by nearly the same amount: a little more than 1 percent of GDP. We see that their economic and electoral performances closely match, but the opposite is true regarding investments in CCT programs. Cardoso had not spent one cent on these programs when he was reelected, whereas Lula expanded CCT coverage by eight percentage points in 2006 and by three percentage points in 2010. The dissonance between investments in CCT programs and electoral results in Brazil indicates that these programs have a weak explanatory power for incumbents' aggregate electoral performances (CORREA, 2015, p. 75)

Este estudo questiona se o efeito negativo que tais programas causam aos não-beneficiários do programa são maiores que os efeitos de ganho de voto com os beneficiários, ou seja, se o efeito do aumento de votos do candidato do governo em países que adotaram programas de transferência de renda não poderia ser contrabalançado pela visão negativa que a percepção assistencialista do programa causa nos indivíduos que não recebem o benefício. Corrêa (2016) critica veementemente os estudos que relacionam programas de transferência de renda, pois, estes, em geral, ignoram o comportamento dos não beneficiários e atribuem a menor votação nos estados do sul e do sudeste à maior sensibilidade das classes média e alta aos escândalos de corrupção.

Há ainda, outras particularidades na votação da candidata governista na última eleição em comparação às eleições anteriores. Ambos os candidatos ganharam votos em todos os estados entre o primeiro e o segundo turno da eleição, mas o candidato da oposição conquistou mais votos no segundo turno. Pode-se comparar estas observações aos dados apresentados por Nicolau e Peixoto (2007) sobre a eleição de Lula em 2006, e comparando-se a votação dos candidatos percebe-se que Lula conquistou votos em todos os estados enquanto Geraldo Alckmin perdeu votos na maior parte dos estados indicando que não havia espaço para ampliação total de votos (enquanto um aumenta e o outro diminui) como foi o caso nas eleições de 2010 e 2014 nas quais houve uma terceira candidatura que fragmentou a votação.

A Tabela 4 apresenta o percentual de aumento de votos no segundo turno em relação ao primeiro turno para as eleições de 2014 e 2010 em que houve a participação da candidata Dilma. Percebe-se um aumento percentual muito maior na votação do candidato Aécio Neves em quase todos os estados brasileiros, Minas Gerais é a exceção. O Estado de Pernambuco é o exemplo mais agudo com aumento de aproximadamente de 412%, mas deve-se salientar que, no primeiro turno, o candidato do PSDB teve apenas 5,93% dos votos válidos neste estado, Dilma teve 44,21% e Marina obteve o melhor desempenho com 48,05%. Mesmo com o aumento de votos em Pernambuco, Aécio obteve apenas 29,81% dos votos no segundo turno e Dilma 70,19%. Nos estados de São Paulo e Minas Gerais, maiores colégios eleitorais do Brasil, o candidato da oposição teve aumento de 50,62% e 22,97% dos votos, respectivamente, e Dilma teve aumento de 43,20% e 23,81%, respectivamente, totalizando 64,32% e 47,60% de votos válidos para Aécio no segundo turno e 35,68% e 52,40% para Dilma indicando uma certa aversão do eleitorado mineiro contra o candidato de oposição que tem sua origem naquele estado.

Tabela 4 - Crescimento dos votos por estado/região entre os dois turnos dos principais candidatos nas eleições de 2014 e 2010

Estados/Regiões	Aécio	Dilma	Serra	Dilma
Centro Oeste	38,85%	29,07%	27,41%	16,88%
DF	65,85%	60,05%	78,86%	53,25%
GO	35,62%	31,86%	22,44%	11,07%
MS	36,50%	16,55%	23,76%	7,02%
MT	24,77%	16,39%	12,42%	10,61%
Nordeste	88,49%	23,03%	37,72%	15,16%
AL	84,18%	33,76%	25,41%	3,86%
BA	68,54%	17,87%	38,87%	13,11%
CE	57,64%	14,10%	40,16%	18,15%
MA	82,64%	13,17%	36,54%	10,31%

PB	56,52%	18,38%	39,35%	19,22%
PE	411,81%	61,67%	43,95%	25,80%
PI	58,57%	12,14%	40,55%	2,22%
RN	56,39%	20,22%	44,69%	15,76%
SE	53,02%	28,37%	21,92%	12,25%
Norte	47,93%	8,14%	25,25%	9,64%
AC	109,87%	24,49%	23,59%	17,21%
AM	70,58%	12,91%	113,12%	15,18%
AP	44,04%	14,32%	62,64%	23,04%
PA	47,50%	3,10%	17,90%	5,39%
RO	19,02%	5,48%	7,62%	7,90%
RR	28,13%	17,46%	24,91%	11,50%
TO	43,80%	16,38%	37,35%	7,97%
Sudeste	45,46%	38,15%	35,34%	23,41%
ES	53,51%	39,54%	39,97%	28,80%
MG	22,97%	23,81%	33,29%	22,75%
RJ	63,81%	51,09%	67,46%	31,94%
SP	50,62%	43,20%	29,24%	19,69%
Sul	27,16%	15,28%	23,70%	8,12%
PR	24,72%	22,11%	23,72%	12,19%
RS	30,90%	8,96%	24,49%	3,67%
SC	25,89%	18,73%	22,43%	10,96%
ZZ²⁴	58,45%	27,54%	41,20%	6,69%
Total Geral	46,26%	25,96%	31,93%	17,00%

Fonte: elaboração da autora a partir de dados do TSE.

Estes dados indicam que a oposição, nas duas últimas eleições, esteve mais fragmentada no primeiro turno e esta fragmentação de votos faz com que, no segundo turno, quando as opções se restringiram a candidata governista e ao candidato de oposição, o PSDB consiga ampliar proporcionalmente mais sua votação mesmo não obtendo votos suficientes para ganhar a eleição. Ou seja, pode-se supor que a base eleitoral da candidata governista estava mais estabelecida tanto nas eleições de 2010 quanto na eleição de 2014 e por isso, mesmo com o menor incremento proporcional de votos entre o primeiro e o segundo turno da eleição, conseguiu sua reeleição.

Além disso, o total de votos válidos na eleição de 2014 aumentou em 1.518.471 votos no segundo turno (cerca de 1,5% de aumento no número de votos válidos), o que é um fato curioso na democracia brasileira, pois, em geral, o número de votos válidos cai entre o primeiro e segundo turno das eleições (considerando as eleições presidenciais após a

²⁴ Votos no exterior.

redemocratização) com exceção das eleições de 2002 (Lula e Serra) e 2014 (Dilma e Aécio). Em 2002, o aumento dos votos válidos foi de 1.214.211 votos. O que pode ser um indicativo de que os eleitores perceberam a importância de seu voto dada a polarização da eleição e optaram por um dos candidatos. Como afirma Figueiredo (1991)²⁵, um dos cenários possíveis é de que “os eleitores tendem a participar se e quando percebem que uma candidatura não desejada pode ameaçar o candidato com maiores chances de produzir o que ele espera da política” (FIGUEIREDO, 1991, p. 193).

A polarização política nos últimos três anos também merece atenção. O eleitor brasileiro frequentemente era caracterizado como apático frente a realidade política e passa a participar ativamente exigindo respostas dos políticos. As manifestações de junho 2013, que começaram com a discussão sobre o valor da passagem de transporte urbano em várias capitais brasileiras e acabam se alastrando também pelo interior do país com manifestações contra a corrupção, os gastos com a Copa do Mundo e outras reivindicações difusas, indicam essa maior preocupação com questões políticas por parte do eleitorado. Brugnago e Chaia (2015) apontam a polarização entre esquerda e direita no Brasil, argumentando que as manifestações de 2013 foram decisivas para esta polarização política que persistiu mesmo após as eleições de 2014 com a ampla utilização das redes sociais como mecanismos de comunicação em contraposição a visão da mídia tradicional. A polarização política se daria pela crítica da esquerda ao projeto neoliberal dos partidos de direita e; pela direita, através de uma forte manifestação antipetista declarada como antipartidária²⁶. Além disso, as denúncias de corrupção na principal estatal brasileira, Petrobrás, o início da operação ostensiva da Lava-Jato em março daquele ano; e o falecimento de um dos principais candidatos à presidência (Eduardo Campos) menos de dois meses antes do primeiro turno das eleições tornaram o cenário político ainda mais conturbado.

2.2. Coligações partidárias e Coalizões Governistas

Outro aspecto importante do cenário político brasileiro dado o regime pluripartidário adotado no país são as coligações partidárias, inclusive por seu reflexo pós-eleitoral na disputa por cargos no governo. Elas têm assumido um caráter cada vez mais pragmático. Silva

²⁵ O autor analisa porquê o eleitor vota uma vez que o peso individual do voto é bastante pequeno em relação ao total de eleitores do país e não influenciaria sozinho o resultado, ou seja, ele se propõe a desvendar o paradoxo da participação.

²⁶ É importante enfatizar que Brugnago e Chaia (2015) utilizam o termo “antipartidária” e não “apartidária” para caracterizar a direita, ou seja, as manifestação não é sem partido mas é, sim, contra o sistema político como um todo.

(2014) aponta a inconsistência ideológica entre as ideologias partidárias das coligações para presidente no ano de 2010 e também a mudança no padrão de coligação do PT entre os anos de 1994 e 2010, sendo que nas últimas três eleições suas coligações foram ideologicamente inconsistentes²⁷ sugerindo que as coligações têm um viés pragmático cada vez maior. Além disso, a eleição de 2010 apresenta outro diferencial em relação às demais, pois, o número de coligações diminuiu (foram somente duas em 2010) e o número de partidos coligados aumentou indicando que as coligações têm incorporado diversos partidos em suas composições ampliando a diversidade ideológica da coligação e, com isso, tornando a tomada de decisão mais complicada uma vez que se tenta conciliar objetivos diversos dentro de uma mesma coligação.

Em 2014, houveram três coligações partidárias e 8 candidaturas de partidos isolados. A Tabela 5 apresenta as principais coligações partidárias nas últimas quatro eleições. Deve-se destacar que as eleições de 2002 e 2006 tinham como regra a verticalização das coligações eleitorais impedindo que partidos coligados em nível nacional tivessem coligações à nível estadual com seus oponentes. Segundo Silva (2014), este mecanismo teria garantido maior consistência ideológicas às duas eleições em que esteve vigente.

Além da divisão entre PT e PSDB, houve, nas últimas duas eleições, a apresentação de uma “terceira via” que tem obtido votação bastante expressiva. Marina Silva ficou em terceiro lugar em ambas as eleições com 19,33% dos votos válidos em 2010²⁸ e 21,32% dos votos válidos em 2014, indicando que a oposição tem seus votos divididos entre seus dois principais candidatos (Marina e Aécio)²⁹. Braga (2016) também cita esta tendência de apoio a uma “terceira força” a partir da eleição de 2010.

²⁷ O autor caracteriza como inconsistentes as coligações que tiveram candidatos tanto da esquerda quanto da direita; coligações centro-direita e centro-esquerda seriam semi-consistentes; e coligações puras da direita ou de esquerda são consistentes.

²⁸ Em 2010 Marina concorreu pelo PV e em 2014 pelo PSB.

²⁹ A soma dos votos dos demais partidos no primeiro turno é bem reduzida: 3,54% dos votos válidos em 2014 e 1,15% em 2010.

Tabela 5 - Coligações Partidárias Eleições Presidenciais Brasileiras 2002-2014

	Governo	Oposição	“Terceira força”
2002	PSDB, PMDB	PT, PC do B, PCB, PMN, PL	PSB, PGT, PTB ³⁰ PPS, PDT, PTB
2006	PT, PRB e PC do B	PSDB, PFL, PPS	PSOL, PSTU
2010	PT, PMDB, PDT, PC do B, PSB, PR, PRB, PSC, PTC, PTN	PSDB, DEM, PPS, PMN, PT do B, PTB	PV ³¹
2014	PT, PMDB, PDT, PC do B, PP, PR, PSD, PROS, PRB	PSDB, PTB, PTC, PMN, PT do B, PTN, SD, DEM, PN	PSB, PRP, PPS, PSL, PPL, PHS

Fonte: elaboração da autora a partir de dados do TSE.

O PT disputou o segundo turno de todas as eleições para presidente no Brasil após a redemocratização. Segundo Silva (2014), as coligações que o PT pertenceu em 1994 e 1998 eram coligações de esquerda consistentes. Entretanto, o PT só sobe ao poder ao estabelecer uma coligação inconsistente, ou seja, ao se aproximar da direita por meio da coligação com o PL de José Alencar. Neste sentido, pode-se buscar uma aproximação com a teoria downsiana de que os partidos ampliam seu espectro político para aumentar sua base eleitoral. No que diz respeito aos resultados das votações das eleições pós-redemocratização, a aproximação com a direita permitiu uma ampliação significativa do número de votos do candidato do PT comparando-se os resultados das eleições de 1989 e 2002, como pode-se ver na Tabela 1 da seção anterior. A estratégia de formar coligações eleitorais ideologicamente inconsistentes tem permitido ao partido governista se manter na disputa eleitoral, entretanto, a conciliação dos interesses desses vários partidos heterogêneos depois do governo eleito é mais delicada dada a associação entre presidencialismo e multipartidarismo.

O regime democrático brasileiro tem sido identificado como “presidencialismo de coalizão”, conceito criado por Abranches (1988) para caracterizar o sistema que combina a proporcionalidade, o multipartidarismo, o presidencialismo e a organização do Executivo baseada em coalizões de governo. Segundo ele, a formação das coalizões seguiria a estratégia de menor número de parceiros e maior aproximação ideológica impedindo que problemas causados por alianças mais amplas e diversificadas venham à tona. Na formação das coalizões haveriam, ainda, três momentos importantes:

³⁰ Em 2002, houveram duas outras candidaturas que poderiam representar uma via alternativa a clivagem PT-PSDB. A primeira representada por Anthony Garotinho (PSB) que obteve 17,86% dos votos válidos e a segunda por Ciro Gomes (PPS) que obteve 11, 27% dos votos válidos.

³¹ No ano de 2010 haviam apenas 2 coligações, as demais candidaturas foram candidaturas de partidos isolados, entretanto acrescentei o PV de Marina Silva por ter obtido a terceira maior votação na eleição.

A formação de coalizões envolve três momentos típicos. Primeiro, a constituição da aliança eleitoral, que requer negociação em torno de diretivas programáticas mínimas, usualmente amplas e pouco específicas, e de princípios a serem obedecidos na formação do governo, após a vitória eleitoral. Segundo, a constituição do governo, no qual predomina a disputa por cargos e compromissos relativos a um programa mínimo de governo, ainda bastante genérico. Finalmente, a transformação da aliança em coalizão efetivamente governante, quando emerge, com toda força, o problema da formulação da agenda real de políticas, positivas e substantivas, e das condições de sua implementação. (ABRANCHES, 1988, p. 27-28)

O autor sintetiza o panorama brasileiro enfatizando a heterogeneidade estrutural, alta propensão a conflitos de interesses, fracionamento partidário-parlamentar, forte tradição presidencialista e proporcional e, finalmente, insuficiência e inadequação do quadro institucional para a resolução de conflitos e inexistência de mecanismos institucionais para manutenção do equilíbrio constitucional (ABRANCHES, 1988). Este cenário indicaria um conflito constante entre os parlamentares que poderia gerar a paralisia decisória dado que o Executivo não controla a maioria das cadeiras do Legislativo.

No entanto, esta visão é criticada uma vez que as bancadas partidárias têm votado de forma coesa na maior parte das vezes, indicando que as negociações não seriam feitas a cada votação e que haveria certa estabilidade no processo legislativo permitindo a governabilidade (ARRETICHE; RODDEN, 2004; FIGUEIREDO; LIMONGI, 2002; LIMONGI; FIGUEIREDO, 1998; LIMONGI, 2006). Limongi (2006) argumenta que o Executivo brasileiro tem o poder de agenda no processo decisório e a disciplina da base governista tem sido significativa (90,7% no segundo governo FHC, 89,1% no primeiro mandato de Lula).

Recentemente, Abranches (2014) reformulou o conceito de presidencialismo de coalizão acrescentando um componente cíclico em que haveriam três fases: uma fase centrípeta, em que o centro dominante seria o presidente com alta popularidade em um cenário de desenvolvimento econômico positivo e baixa inflação e rivalidades políticas negociáveis com fragmentação partidária mitigada pela força de atração da presidência e oposição enfraquecida; a fase de ambivalência, caracterizada pela popularidade em queda do presidente que tem sua liderança contestada em um cenário econômico com desempenho negativo e inflação alta e com rivalidades políticas pontuais não negociáveis, possivelmente, resultando em paralisia legislativa; e a fase centrífuga, com queda da popularidade do presidente e sua legitimidade contestada, forças políticas procurando novas lideranças, fragmentação política acentuada e forte paralisia decisória.

2.3. Relações entre Executivo e Legislativo e Orçamento Público Federal

Dada a discussão sobre o presidencialismo de coalizão, quer-se saber como ocorrem as relações entre Executivo e Legislativo, mais especificamente, como é constituída a proposta orçamentária e qual o poder que o chefe do Executivo teria a disposição caso decidisse se utilizar da política fiscal para a ampliação/manutenção de ganhos eleitorais.

Todo o processo de formulação do orçamento anual, seja da União, dos Estados ou Municípios, é um processo político que envolve a interação entre Executivo e Legislativo³² (e, em alguns casos, como o Orçamento Participativo, a população). O poder do Presidente neste processo não se restringe à elaboração da proposta orçamentária, mas também ao poder de executar ou não o orçamento aprovado é facultativo ao presidente.

O Executivo domina o processo legislativo porque tem poder de agenda e esta agenda é processada e votada por um Poder Legislativo organizado de forma altamente centralizada em torno de regras que distribuem direitos parlamentares de acordo com princípios partidários. (LIMONGI; FIGUEIREDO, 1998, p. 85)

Limongi (2006) é taxativo na relação entre Executivo e Legislativo: “o que o Executivo submete ao Legislativo é, em geral, aprovado”(LIMONGI, 2006, p.24).

A proposta de orçamento é sempre criada pelo Executivo e enviada para discussão a Comissão Mista do Orçamento (CMO). Os Deputados Federais e Senadores tem possibilidade de alterar a proposta com a inclusão de emendas orçamentárias individuais ou de bancadas. As emendas individuais são limitadas em número e valor conforme a Resolução n.1 de 2006 do Congresso Nacional³³.

Amorim Neto e Simonassi (2013) questionam se as motivações para a alocação das verbas orçamentárias seriam políticas ou se seriam os princípios de eficiência econômica e a equidade. Segundo os autores, não haveria incentivos para alocação de recursos que visem a melhorias na infraestrutura das economias locais porque o resultado é de longo prazo.

Como abordado na seção 1.3, a utilização de políticas clientelistas pode ser um recurso fácil para os congressistas que seriam beneficiados politicamente por terem obtido recursos para suas regiões enquanto o custo seria dividido por toda a população (ALESINA; PEROTTI, 1999).

³² Sobre a relação entre o Executivo e Legislativo na elaboração do Orçamento anual, Pereira e Mueller (2002) apresentam um estudo sobre o processo de elaboração do Orçamento no Brasil e, principalmente, sobre a utilização de emendas orçamentárias para a formação de coalisões partidárias.

³³ Esta resolução foi alterada em 2015 pela Resolução n.3 do Congresso Nacional.

Outra possibilidade é de que os governantes não estariam apenas preocupados com a obtenção de votos ao formularem a proposta orçamentária. O partido governista pode estar preocupado em manter acordos políticos que podem vir a ser necessários no futuro. Arretche e Rodden (2014) apontam que “quando a disciplina partidária é relativamente fraca ou o governo se apoia sobre uma coalizão, a necessidade de obter votos parlamentares pode ser superior ao interesse por premiar eleitores cativos ou conquistar indecisos” (ARRETCHE; RODDEN, 2004, p. 550) e o uso de transferências intergovernamentais aparece como forma de manter ou ampliar o apoio político. Eles analisaram três tipos de transferências: empréstimos do FGTS (1995-1998), transferências voluntárias para estados e municípios (1996-2000) e todas as transferências (1991-2000). Assim, procuram testar as hipóteses de que o governo utiliza as transferências intergovernamentais para a conquista de votos ou como retorno ao apoio político obtido. Como resultado, avaliam que não há evidências para sustentar que o presidente favoreça os governadores de seu partido ou coalizão, entretanto, os recursos das transferências seriam utilizados para a manutenção de uma coalizão legislativa com acordos de longo prazo (e não a cada votação).

Pereira e Mueller (2002) argumentam que o sistema institucional brasileiro permite manter um alto grau de governabilidade com um baixo custo através do uso estratégico da liberação das emendas individuais do orçamento que mais do que compensa a perda decorrente da alteração da proposta orçamentária original. Desta forma, ao abrir mão de recursos orçamentários (em geral pequenos) o partido governista consegue manter a governabilidade.

Ferreira e Bugarin (2007) também enfatizam que as transferências intergovernamentais são influenciadas por motivação político-partidária entre o prefeito e o governador e/ou presidente e que eleitores poderiam racionalmente e com informação completa optar por eleger um prefeito do mesmo partido do governador e/ou presidente (em detrimento de um candidato mais competente) por acreditarem que a menor competência do candidato pode ser compensada por maiores transferências obtidas pela relação político-partidária. Cabe ressaltar que, este estudo aplica-se apenas a transferências intergovernamentais voluntárias.

Procura-se, assim, identificar a relação entre as transferências intergovernamentais e o ciclo político. Tem-se as transferências orçamentárias obrigatórias que podem não ser influenciadas politicamente uma vez que são estabelecidas constitucionalmente e as transferências voluntárias que podem ser influenciadas politicamente, sugerindo que o Executivo, ao elaborar a proposta orçamentária e ao ter o poder de veto sobre o orçamento,

pode privilegiar políticos de seu partido e/ou coalizão com objetivo de manter a disciplina partidária.

3. METODOLOGIA

Até o momento abordou-se pelo menos três temas inter-relacionados: ciclos político-econômicos, eleições e transferências intergovernamentais. Neste capítulo desenvolver-se-á um modelo capaz de relacionar estes temas, procurando responder às seguintes perguntas: Há relação entre as transferências intergovernamentais da União para os municípios e a reeleição da presidente Dilma? Qual é o impacto das transferências orçamentárias e das transferências voluntárias nesta relação? Houve alterações nas transferências em anos eleitorais? O Bolsa Família tem impacto na votação da candidata governista? Há algum tipo de privilégio nas transferências para os estados ou municípios do partido da candidata ou da coligação governista?

Na próxima seção, apresentam-se alguns modelos utilizados para estudar o ciclo político no Brasil. Na seção 3.2 apresentam-se as variáveis que serão utilizadas nesta pesquisa e na seção 3.3 especifica-se o modelo utilizado.

3.1. Estudos sobre ciclos político-econômicos no Brasil

Nesta seção apresentam-se alguns estudos que procuram apontar a evidência de ciclos políticos econômicos no Brasil e como os autores têm tratado as peculiaridades brasileiras em seus estudos. Um fator que limita os estudos nesta área no Brasil é o fato de que a democracia é uma instituição recente no país.

Os principais estudos sobre o Brasil nesta área relacionam a política fiscal e/ou monetária ao período eleitoral. Preussler e Portugal (2000) procuram identificar atitudes oportunistas na condução da política econômica no período anterior às eleições. O artigo utiliza um modelo ARIMA com variáveis macroeconômicas, instrumentos de política fiscal e taxa de juros no Brasil entre 1980 e 2000, com a inclusão de variáveis dummies para captar se houve mudanças nas políticas fiscal e monetária nos 6 e 8 meses que antecederam as eleições. A conclusão é de que há tendência a queda na taxa de inflação nos 6 meses que antecedem a eleição, mas que não há oportunismo na política fiscal e na trajetória da taxa de juros. Os resultados salientam a importância da inflação no imaginário brasileiro nas décadas de 1980 e 1990.

Recentemente, houve um aumento do interesse em estudos referentes a esfera municipal. Sakurai (2005) e Sakurai e Gremaud (2007) analisaram o comportamento fiscal dos municípios paulistas a fim de identificar a relação com o comportamento eleitoral nas

eleições de 1989 a 2001. Sakurai (2005) testa a hipótese dos ciclos eleitorais tradicionais (ROGOFF; SIBERT, 1988; ROGOFF, 1990) contra a hipótese dos ciclos eleitorais racionais (ALESINA, 1987) utilizando dados de 572 municípios paulistas nas eleições de 1992, 1996 e 2000 para estimar um modelo econométrico em dois estágios³⁴. Os resultados apresentados pelo autor indicam que nos anos de 1992 e 1996 os eleitores teriam se comportado racionalmente, ou seja, mesmo com o aumento do gasto público municipal no ano eleitoral os eleitores não necessariamente reelegeram o partido do prefeito, enquanto que no ano de 2000 (quando passa a valer a reeleição para os prefeitos) o aumento dos gastos públicos no ano eleitoral no município teria elevado a possibilidade de reeleição do prefeito³⁵.

Sakurai e Gremaud (2007) analisam o comportamento fiscal dos municípios paulistas no período de 1989 a 2001 utilizando um modelo econométrico com dados de painel para os 572 municípios. As variáveis analisadas foram: despesa orçamentária, despesa corrente, despesa de pessoal, despesas com transferências correntes, despesas de investimentos e receitas. As variáveis de controle foram a receita municipal, a proporção de idosos, a proporção de crianças e jovens, grau de urbanização, população total, e uma dummy para identificar uma possível relação entre o partido do prefeito e o do governador. Como resultado das estimações, os autores apontaram que houve alterações nas despesas orçamentárias nos anos de 1992 e 1996 e que os partidos PFL e PTB (em relação aos demais partidos) apresentaram gastos maiores em comparação aos gastos efetuados pelos demais partidos. As despesas correntes também tiveram alterações nos anos de 1992 e 1996 e indicaram que o PTB e PPB/PDS alocaram mais recursos nesta categoria de despesa municipal. Os autores apontaram que houve alteração significativa na despesa de pessoal apenas no ano de 1992 e que os partidos PTB e PPB/PDS alocaram mais recursos nesta categoria. As transferências correntes não indicaram impulsos oportunistas e os partidos que mais alocaram recursos nesta categoria foram o PPB/PDS, PTB e PMDB (em relação ao PT). As despesas de investimento também não apresentaram evidências de serem influenciadas por estratégias oportunistas, mas, há evidências de que o PFL (em relação aos demais partidos) empenhou recursos maiores em investimentos públicos.

Sakurai (2009) analisa os municípios brasileiros no período de 1990 a 2005 através das funções orçamentárias, testando as hipóteses de as funções orçamentárias poderem ser

³⁴ As variáveis de controle utilizadas pelo autor foram: porcentagem de idosos e de jovens na população municipal, o volume de receitas municipais oriundas de transferências governamentais (dos governos federal e estadual), o grau de urbanização e o PIB agregado *per capita*.

³⁵ O autor considera reeleição nos anos de 1992 e 1996 como a probabilidade de se eleger um candidato do mesmo partido do prefeito, já no ano de 2000 Sakurai (2005) considera como reeleição apenas quando o próprio prefeito se reelege.

induzidas por interesses eleitorais e que algumas categorias de despesa pública poderem ser priorizadas em detrimento de outras tal qual Drazen e Eslava (2005). O autor avalia 8 funções: Agricultura, Saúde e Saneamento, Transporte, Assistência e Previdência, Comunicações, Habitação e Urbanismo, Legislativo e Educação e Cultura³⁶. As variáveis de controle utilizadas foram: a receita tributária, a receita de transferências correntes, a proporção de jovens, a proporção de idosos, o grau de urbanização, a população total, o PIB nacional e dummies para captar uma possível relação entre coligações estaduais ou federais. Os resultados indicam que há mais despesas no período eleitoral nas funções de Saúde e Saneamento, Assistência e Previdência, Habitação e Urbanismo e Transportes enquanto que, as demais funções apresentaram variação menor ou negativa nos períodos eleitorais³⁷. Os autores também analisaram a influência da Lei de Responsabilidade Fiscal nas finanças públicas municipais utilizando uma dummy com valor de 1 para os anos 2000 e seguintes. Os autores indicaram que a LRF mostra que algumas funções tiveram reduções (saúde e saneamento, transporte, comunicações, habitação e urbanismo e legislativo) enquanto que outras sofreram aumentos (agricultura, assistência e previdência e educação e cultura), ou seja, além da LRF implicar uma redução nos gastos totais houve uma recomposição nos gastos.

Outro estudo interessante é o de Mendes e Rocha (2004)³⁸. Os autores realizaram um estudo econométrico sobre as eleições municipais de 2000 utilizando variáveis de performance (acusação de crime grave, contas irregulares no TCU, premiação no Concurso de Gestão Pública e Cidadania, formação dos docentes das escolas públicas, número de professores de 1 a 4 série, variação do número de unidades básicas de saúde, variação da taxa de mortalidade por doenças infecciosas e parasitárias, variação dos partos sem pré-natal, resultado fiscal, receita corrente, transferências fiscais recebidas, receita tributária e despesa corrente) associadas a condições políticas (desempenho do prefeito em eleições anteriores, mudança de partido, adversário do governo do estado ou presidente, coligação com o governador e presidente ou pertencimento ao partido do presidente) e locais e pessoais (alfabetização, baixa escolaridade, IDH, percentual de famílias vivendo com até um salário mínimo, percentual de pessoas vivendo com até dois salários mínimos, densidade

³⁶ Importante observar que os autores omitem as funções de energia, indústria, comércio e serviços, trabalho e defesa e segurança pública, pois, as estimações mostraram-se insignificantes e com R² baixo.

³⁷ A magnitude das alterações dos gastos são as seguintes: Agricultura (-R\$1,6 per capita), Saúde e Saneamento (R\$8,68 per capita), Transportes (R\$2,08 per capita), Assistência e Previdência (R\$5,0 per capita), Comunicação (R\$0,28 per capita), Habitação e Urbanismo (R\$6,0 per capita), Legislativa (-R\$1,08 per capita) e Educação e Cultura (coeficiente estatisticamente não significativo).

³⁸ Mendes e Rocha (2004) utilizam um modelo de escolha binária (Probit) com seleção e um modelo tradicional de seleção de Heckman para os municípios brasileiros na eleição de 2000.

populacional, urbanização, crescimento da população no período, percentual da população do estado que vive naquele município, municípios de uma mesma microrregião, capital do estado, região metropolitana, região do país, novos municípios e municípios que foram divididos). As conclusões obtidas neste trabalho indicam que o eleitor monitora, apenas parcialmente, a performance do prefeito e que apenas os crimes mais divulgados pela imprensa afetam a probabilidade de reeleição enquanto que indicadores de menor visibilidade como a presença dos prefeitos na lista do Tribunal de Contas da união (TCU) como autores de irregularidades não teria grande impacto para a reeleição; os eleitores do Sul e Sudeste observam mais a má performance dos prefeitos punindo aqueles que são acusados de crime e não privilegiando o candidato do partido do Presidente; já eleitores do norte e nordeste não punem tão severamente os prefeitos com crimes graves e sofrem maior influência do Presidente; a probabilidade de reeleição está correlacionada positivamente a expansão do gasto público e há influência do Presidente da República na possibilidade de reeleição dos prefeitos, mas os governadores não teriam influência na reeleição do prefeito.

Nakaguma e Bender (2010), ao estudar o comportamento dos ciclos políticos econômicos dos estados brasileiros no período de 1986 a 2004, procuram decompor os ciclos políticos em duas parcelas: uma de oportunismo e outra de sinalização de competência do governo. Para isso, utilizam uma metodologia econométrica em duas etapas. Primeiro, estima-se uma equação para identificar um componente estrutural, o nível de oportunismo e a competência dos governantes. O componente estrutural é identificado com a inclusão de uma variável de tendência. O nível de oportunismo seria captado pela utilização de dummies para o ano pré-eleitoral, eleitoral e pós-eleitoral. Já a competência dos governantes seria estimada de forma residual. Posteriormente, eles utilizam estas variáveis para identificar o comportamento eleitoral. O resultado encontrado pelos autores é de que o eleitor brasileiro recompensa a atividade oportunista dos governantes, mas que este comportamento tem sido substituído pela recompensa à competência. Assim, salientam que o ciclo político eleitoral se relaciona com o fato da democracia brasileira ser uma “democracia jovem” e, que à medida que os eleitores se tornam mais experientes poderiam reconhecer e punir os candidatos que se utilizam de políticas oportunistas.

3.2. Especificação do modelo

Utiliza-se modelo econométrico *Tobit* em painel tendo a variável percentual de votos válidos na candidata Dilma por município na eleição de 2014 como variável dependente. Usou-se a metodologia de dados em painel para analisar o comportamento das variáveis ao longo dos quatro anos do mandato anterior (2011-2014) para os municípios brasileiros. Ao se incluir as transferências do governo federal e estadual para os municípios procura-se identificar se os eleitores percebem a origem dos recursos e “recompensam” a candidata governista à presidência que transferem mais recursos para os seus municípios.

A escolha pelo modelo *Tobit* se deu em razão de que a variável dependente (percentual de votos válidos na candidata governista) tem valores entre 0 e 1. Mcdonald e Moffitt (1980) apresentam o modelo estocástico Tobit como segue:

$$\begin{aligned} y_j &= x_j\beta + u_j && \text{se } x_j\beta + u_j > 0 \\ &= 0 && \text{se } x_j\beta + u_j \leq 0 \\ j &= 1, 2, \dots, N \end{aligned}$$

Onde N é o número de observações, y_t é a variável dependente, x_j é um vetor de variáveis independentes, β é um vetor dos coeficientes não-conhecidos e u_t é um termo de erro estocástico com média zero e variância constante.

O modelo utilizado apresenta um limite inferior (0) e um limite superior (1) para a variável dependente. Similarmente a Rosett e Nelson (1975), podemos definir

$$0 \leq y^* - u_j \leq 1$$

Como resultado teremos:

$$\frac{\partial E(y|x)}{\partial x_j} = \Phi(x\beta|\sigma)\beta_j$$

E o vetor de ajustamento individual pode ser obtido por $\Phi(\bar{x}\hat{\beta}/\hat{\sigma})$ no qual \bar{x} representa o valor médio das variáveis explicativas. Como as estimativas dependem de x , deve-se decidir para quais os valores de x serão calculados os efeitos parciais e elasticidades. Pode-se usar o valor médio de x , ou algum outro valor particularmente interessante, mantendo-se os outros elementos fixos (WOOLDRIDGE, 2002, p. 527).

Além disso, utilizou-se outras variáveis que podem ser importantes para captar as diferenças sociais existentes entre os municípios brasileiros. Dentre as variáveis estão: IDH-

M, percentual de idosos no município, percentual de jovens no município, percentual da população urbana, percentual de analfabetos e percentual de eleitores com ensino superior completo e percentual de mulheres na população³⁹.

É importante também identificar como se dá a relação entre os governantes das esferas federal e municipal. Para isso, utilizaremos *dummies* relacionando os partidos governantes em cada esfera. Espera-se que municípios que tem o prefeito do mesmo partido do governo federal estariam mais propensos a receber transferências voluntárias. Além disso, poderíamos esperar que um governador do mesmo partido do presidente (ou da coligação) poderia ter privilégios na transferência de recursos.

Inicialmente, estimou-se o modelo com o valor das transferências em valores per capita. O modelo pode ser especificado da seguinte forma:

$$\begin{aligned}
 VD_{it} = & \alpha + \beta_1 TCorUpc_{it} + \beta_2 TCorMpc_{it} + \beta_3 TCorConvUpc_{it} + \beta_4 TCapUpc_{it} + \\
 & \beta_5 TCapConUpc_{it} + \beta_6 jovens_i + \beta_7 idosos_i + \beta_8 mulher_i + \beta_9 analfabeto_i + \\
 & \beta_{10} superior_i + \beta_{11} NO + \beta_{12} Sul + \beta_{13} ND + \beta_{14} CO + \beta_{15} El12 * TCorUpc + \beta_{16} El12 * \\
 & TCorMpc + \beta_{17} El12 * TCorConvUpc + \beta_{18} El12 * TCapUpc + \beta_{19} El12 * TCapConUpc + \\
 & \beta_{20} El14 * TCorUpc + \beta_{21} El14 * TCorMpc + \beta_{22} El14 * TCorConvUpc + \beta_{23} El14 * \\
 & TCapUpc + \beta_{24} El14 * TCapConUpc + \beta_{25} GovPT + \beta_{26} GovCol + \beta_{27} PrefPT + \\
 & \beta_{27} PrefCol + \beta_{28} IDHM_i + \beta_{29} Urb_i + \beta_{30} PBF + \beta_{31} VD10 + u_{it}
 \end{aligned}$$

Para todas as variáveis o subscrito *i* indica o município e o subscrito *t* indica os anos analisados. Desta forma, temos *VD* que corresponde ao percentual de votos na candidata Dilma em relação ao número de eleitores do município; *TCorUpc_{it}* corresponde às transferências correntes da União para o município em valores *per capita*; *TCorMpc_{it}* são as transferências multigovernamentais ao município em valores *per capita*; *TCorConvUpc_{it}* são as transferências correntes de convênios da União para os municípios em valores *per capita*; *TCapUpc_{it}* são as transferências de capital da União para os municípios em valores *per capita* e *TCapConUpc_{it}* são as transferências de capital de convênios da União em valores *per capita*.

Jovens indica o percentual de eleitores jovens de 16 a 24 anos no município; *idosos* indica o percentual de eleitores com mais de 60 anos nos municípios; *mulher* indica o percentual de eleitoras no município; *analfabeto* indica o percentual de eleitores analfabetos

³⁹ Fica de fora deste estudo o percentual de crianças do município, pois utilizaremos os dados estatísticos municipais disponibilizados pelo TSE que inclui apenas eleitores e não toda a população do município.

no município; *superior* indica o percentual de eleitores com ensino superior completo no município.

As variáveis NO, Sul, ND e CO são variáveis dummies para indicar as regiões norte; sul, nordeste e centro-oeste, respectivamente. Estas variáveis procuram enfatizar a diferença no comportamento eleitoral nas diferentes regiões brasileiras. Manteremos a região sudeste como base. A inclusão destas variáveis permitirá identificar se há diferenças significativas na votação da candidata Dilma na eleição de 2014 em relação às regiões brasileiras.

As variáveis *E112* e *E114* são dummies para indicar os anos eleitorais de 2012 e 2014. Elas estão multiplicadas pelas variáveis de transferências a fim de captar se houve alguma alteração significativa nas transferências governamentais nos anos da eleição municipal de 2012 e na eleição de 2014. Um sinal positivo em *E112* indica que houve aumento de transferências do governo naquele ano e que, portanto, a Presidente poderia estar se utilizando da sua posição privilegiada para liberar mais recursos aos municípios às vésperas da eleição municipal a fim de garantir apoio político nos municípios. Já uma alteração positiva em *E114* indica que houve aumento de transferências naquele ano e que, portanto, a Presidente poderia estar se utilizando da sua posição privilegiada para liberar mais recursos aos municípios às vésperas da eleição presidencial a fim de garantir mais votos.

GovPt e *GovCol* indicam se o governador do Estado pertence ao partido da Presidente ou a coligação governista, respectivamente. *PrefPT* e *PrefCol* indicam se o Prefeito do Município é do partido da Presidente ou da coligação governista. Estas variáveis permitem identificar possíveis privilégios a aliados do presidente, caso o sinal das variáveis sejam positivas.

VD10 indica a votação da candidata governista na eleição anterior (2010) em que concorreu ao seu primeiro mandato a fim de indicar a relação com a base eleitoral da eleição anterior. *IDHM* indica o Índice de Desenvolvimento Humano do Município e *Urb* indica o percentual da população que vive em áreas urbanas. *PBF* representa o valor repassado por família beneficiada pelo Programa Bolsa Família. Por fim, u_{it} indica o termo de erro estocástico.

Resumidamente, para cada município entre os anos de 2011 e 2014, ter-se-á as variáveis conforme descrição da Tabela 6. As estatísticas descritivas das variáveis estão no Apêndice I.

Tabela 6 - Descrição das variáveis

Variável	Descrição
VD	Percentual de votos válidos na candidata Dilma no município no segundo turno
PBF	Valor repassado pelo PBF ao município dividido pelo número de famílias beneficiadas
TCorUpc	Transferências Correntes da União para o município em valores per capita
TCorMpc	Transferências Multigovernamentais (União e Estado) para o município per capita
TCorConvUpc	Transferências Correntes de Convênios da União per capita
TCapUpc	Transferências de Capital da União para o município per capita
TCapConUpc	Transferências de Convênios de Capital da União para os municípios per capita
jovens	Percentual de eleitores jovens no município (16 a 24 anos)
Idosos	Percentual de eleitores com mais de 60 anos
Mulher	Percentual de mulheres no eleitorado do município
analfabeto	Percentual de eleitores analfabetos do município
superior	Percentual de eleitores com ensino superior completo no município
NO	Dummy para a região Norte
SUL	Dummy para a região Sul
ND	Dummy para a região Nordeste
CO	Dummy para a região Centro Oeste
EL12	Dummy para a eleição municipal de 2012
EL12*TCorUpc	Dummy para identificar se houve alteração nas transferências correntes da União <i>per capita</i> no ano eleitoral de 2012
EL12*TCorMpc	Dummy para identificar se houve alteração nas transferências multigovernamentais <i>per capita</i> no ano eleitoral de 2012
EL12*TCorConvUpc	Dummy para identificar se houve alteração nas transferências correntes de convênios da União <i>per capita</i> no ano eleitoral de 2012
EL12*TCapUpc	Dummy para identificar se houve alteração nas transferências de capital da União <i>per capita</i> no ano eleitoral de 2012
EL12*TCapConUpc	Dummy para identificar se houve alteração nas transferências de capital de convênios da União <i>per capita</i> no ano eleitoral de 2012
EL14	Dummy para a eleição presidencial de 2014
EL14*TCorUpc	Dummy para identificar se houve alteração nas transferências correntes da União <i>per capita</i> no ano eleitoral de 2014
EL14*TCorMpc	Dummy para identificar se houve alteração nas transferências multigovernamentais <i>per capita</i> no ano eleitoral de 2014.
EL14*TCorConUpc	Dummy para identificar se houve alteração nas transferências correntes de convênio da União <i>per capita</i> no ano eleitoral de 2014
EL14*TCapUpc	Dummy para identificar se houve alteração nas transferências de capital da União <i>per capita</i> no ano eleitoral de 2014.
EL14*TCapConUpc	Dummy para identificar se houve alteração nas transferências de capital de convênios da União <i>per capita</i> no ano eleitoral de 2014.
GovPT	Dummy para indicar se o partido do governador é o mesmo do Presidente
GovCol	Dummy para indicar se o partido do governador é da coligação do presidente
PrefCol	Dummy para indicar se o Prefeito é de partido que pertence a coligação do Presidente
PrefPT	Dummy para indicar se o Prefeito é do mesmo partido da Presidente
IDHM	IDH-M do município
Urb	Percentual de habitantes na área urbana (dados do censo de 2010)
VD10	Percentual de votos válidos na candidata Dilma no município no segundo turno da eleição de 2010

Fonte: elaboração da autora.

3.3. Definição das variáveis

3.3.1. Transferências Intergovernamentais

Dentro do arcabouço institucional brasileiro, instaurado pela Constituição de 1988, há a possibilidade de que os municípios recebam, além das transferências orçamentárias, transferências voluntárias da União. O sistema federalista brasileiro utiliza-se de uma estrutura complexa para a arrecadação e redistribuição dos recursos. A Constituição Federal estabelece as competências dos impostos para as três esferas (federal, estadual e municipal) com transferências proporcionais de recursos do Governo Federal para o Governo Estadual e para os Municípios.

Os impostos de competência federal são o Imposto de Importação (II), o Imposto de Exportação (IE), o Imposto de Renda (IR), o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), o Imposto Territorial Rural (ITR). Os de competência estadual são o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD) e o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA). E os de competência municipal são o Imposto de Propriedade Territorial Urbano (IPTU), Imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISSQN) e o Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI). Além disso, há as taxas e contribuições de melhoria que podem ser instituídos pelas três esferas, mas que constituem uma parcela bem reduzida da receita municipal. Estes recursos são redistribuídos proporcionalmente aos Estados e Municípios através das transferências orçamentárias e correspondem a grande parte dos recursos disponíveis dos Estados e Municípios.

A classificação das receitas dos municípios se divide entre receitas correntes e receitas de capital e se subdivide pela fonte do recurso.

Quadro 1 - Classificação das Receitas Correntes dos municípios

Receitas Tributárias	Impostos Taxas Contribuições para melhoria
Receitas de Contribuições	Contribuições Sociais Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública
Receitas Patrimoniais	Receitas Imobiliárias Receitas de Concessões e Permissões Compensações Financeiras Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público Receita da Cessão de Direitos Outras Receitas Patrimoniais
Receitas Agropecuárias	
Receita Industrial	
Receita de Serviços	Serviços Financeiros Serviços de Transporte Serviços de Saúde Serviços de Processamento de Dados Serviços Administrativos Serviços Educacionais Serviços de Fornecimento de Água Demais receitas de serviços
Transferências Correntes	Transferências Intergovernamentais Transferências de Instituições Privadas Transferências do Exterior Transferências de Pessoas Transferências de convênios Transferências para o combate à fome
Outras receitas correntes	Multa e juros de mora Indenizações e restituições Receita da Dívida Ativa Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS Receitas Diversas

Fonte: elaboração da autora a partir dos dados do SICONFI.

As transferências orçamentárias são aquelas especificadas pela Constituição para repasse do governo federal e estadual. A classificação das transferências da União aos Municípios pode ser melhor observada no Quadro 2. As transferências multigovernamentais têm parte dos recursos provenientes do governo federal e parte do governo estadual. Neste estudo analisa-se apenas nas transferências intergovernamentais correntes e de capital da União e nas transferências multigovernamentais.

Quadro 2 - Classificação das Transferências Intergovernamentais da União e Multigovernamentais

Transferências da União	<ul style="list-style-type: none"> • Participação na Receita da União (cota-parte FPM, cota-parte do ITR e cota-parte operações sobre crédito, câmbio e seguros - ouro); • Transferências da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais (Recursos Hídricos, Recursos Minerais – CFEM, Recursos produção Petróleo; recursos excedentes petróleo, Royalties por participação especial, fundo especial do petróleo e outras compensações financeiras); • Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Repasses Fundo a Fundo; • Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS; • Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE; • Transferências Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96; • Transferências a Consórcios Públicos; • Outras transferências da União
Transferências Multigovernamentais	<ul style="list-style-type: none"> • Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEB; • Transferências de Recursos da Complementação ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEB

Fonte: elaboração da autora a partir dos dados do SICONFI.

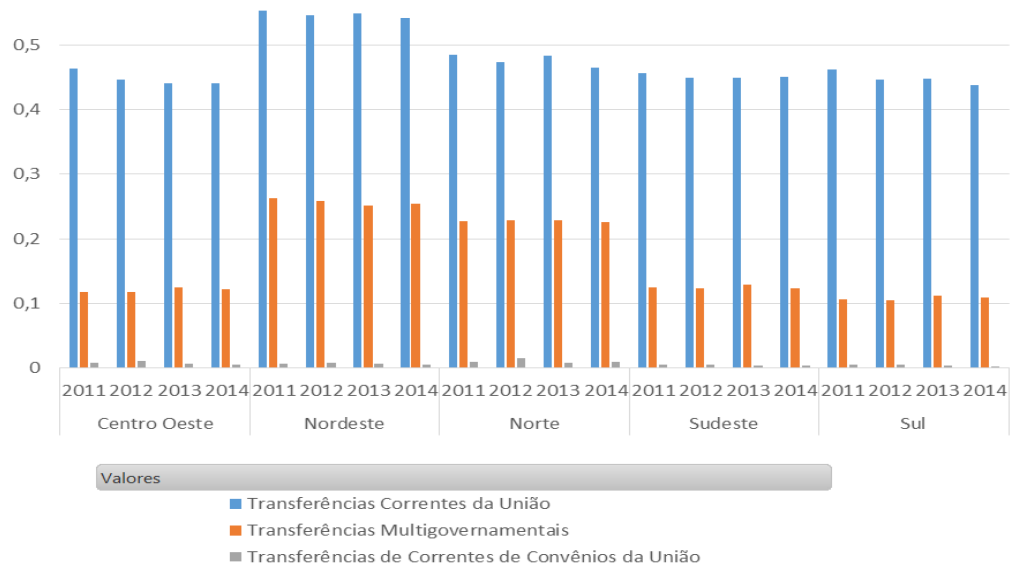
O Gráfico 1 apresenta a participação média das transferências do governo federal nas receitas correntes dos municípios por regiões para o período de 2011 a 2014⁴⁰. As transferências correntes da União aos municípios estão acima de 40% do total das receitas correntes arrecadadas em todas as regiões do país, o menor percentual é o da região centro-oeste (44,80%). O Nordeste apresenta um percentual mais elevado, cerca de 54,75%.

As transferências multigovernamentais compreendem os recursos do FUNDEB, que corresponde a 20% das seguintes fontes de recursos: ICMS, FPE/FPM, IPI-Exp e recursos da Lei Kandir (LC n.87/1996). A complementação dos recursos do FUNDEB se utiliza dos recursos do ITCMD, IPVA e ITR e a complementação da União em 10% dos recursos totais. Estas transferências constituem mais de 10% das receitas correntes dos municípios das regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste e mais de 20% das receitas correntes dos municípios das regiões Norte e Nordeste.

Isso significa que, apesar das várias possibilidades de arrecadação de receitas correntes dos municípios brasileiros (elencadas nos Quadros 1 e 2), a maior parte dos recursos disponíveis ainda provêm das transferências do governo federal.

⁴⁰ Todos os dados sobre transferências intergovernamentais da União foram retirados do SICONFI e deflacionados pelo INPC com 2014 como ano base. Para a transformação em variável *per capita* utilizou-se os dados de população municipal disponibilizados também pelo SICONFI.

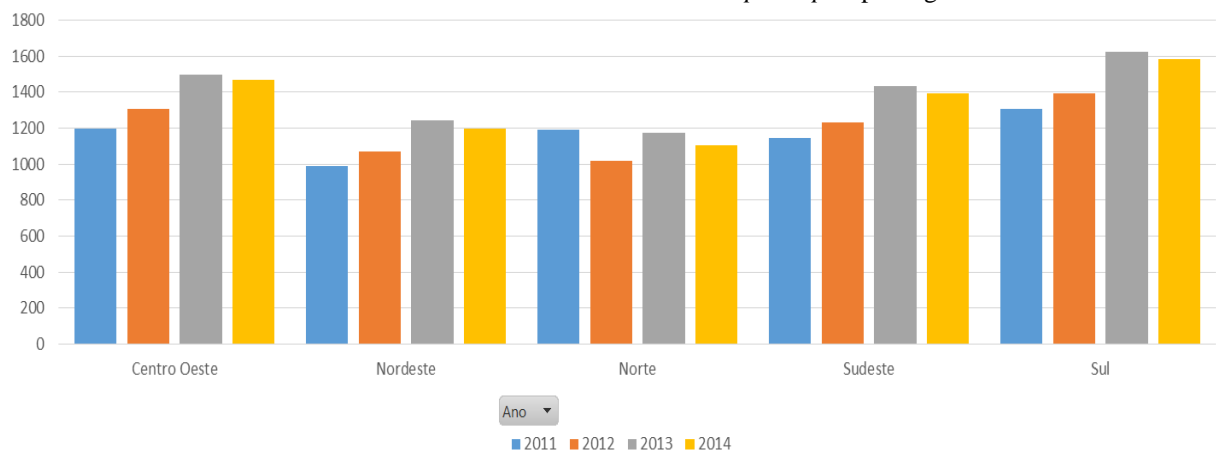
Gráfico 1 - Participação média das transferências do governo federal nas receitas correntes dos municípios - por regiões (2011-2014)



Fonte: elaboração da autora a partir dos dados do SICONFI.

Apesar de a região nordeste apresentar o percentual de participação das transferências da União mais elevado, quando observa-se o valor médio das transferências correntes da União *per capita* os valores médios⁴¹ mais elevados são encontrados nas regiões Sul (R\$1475,74), Centro-Oeste (R\$1366,55) e Sudeste (R\$1302,02). O Norte tem o menor valor médio das transferências correntes da união *per capita* (R\$1121,99), conforme Gráfico 2.

Gráfico 2 - Valor médio de transferências correntes da União *per capita* por regiões – 2011 a 2014



Fonte: elaboração da autora a partir dos dados do SICONFI.

As transferências voluntárias da União estão elencadas no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi)⁴² com a rubrica de convênios. As

⁴¹ Valores médios para os quatro anos analisados.

⁴² A classificação completa das receitas municipais disponibilizada pelo SICONFI está no Anexo I.

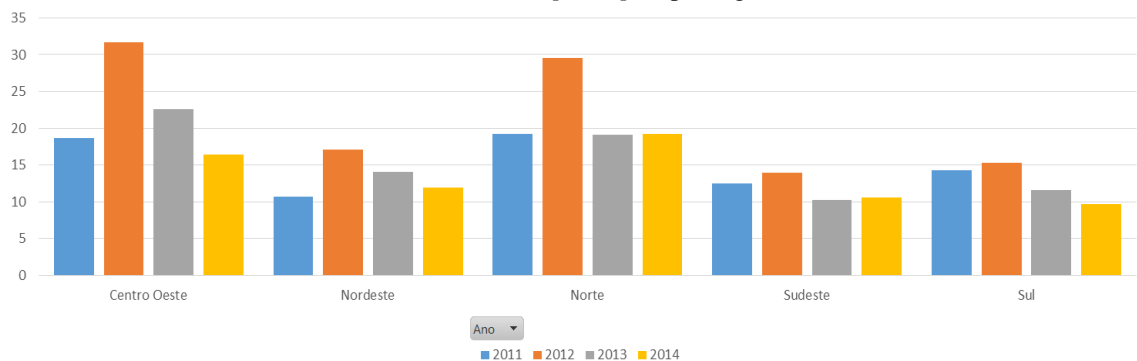
transferências correntes de convênios da União representam um percentual bem pequeno das receitas correntes, vários municípios inclusive não têm recursos desta origem. O Quadro 3 apresenta a classificação das transferências de convênios da União e de suas entidades e o Gráfico 3 apresenta o valor médio das transferências correntes de convênios da União em valores *per capita* demonstrando quão ínfimos são os recursos provenientes desta fonte e que estas transferências foram mais elevadas no ano de 2012.

Quadro 3 - Classificação das transferências correntes de convênios da União

Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades	Transferências de Convênios da União para o Sistema Único de Saúde – SUS; Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Educação; Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Assistência Social; Transferências de Convênios da União Destinadas aos Programas de Combate à Fome; Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Saneamento Básico
--	---

Fonte: elaboração da autora a partir dos dados do SICONFI.

Gráfico 3 - Transferências correntes de convênios da União *per capita* por regiões – 2011 a 2014



Fonte: elaboração da autora a partir dos dados do SICONFI.

A outra categoria de receitas analisada é a de receitas de capital. O Quadro 4 apresenta a classificação delas. Nesta categoria, utilizou-se também as transferências provenientes da União (orçamentárias e voluntárias).

Quadro 4 - Classificação das Receitas de Capital dos Municípios

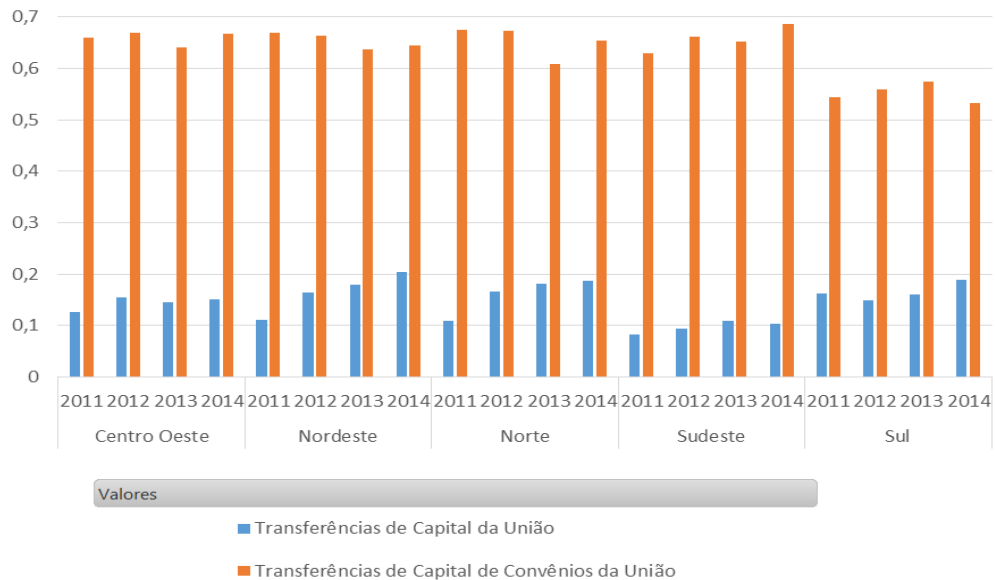
Operações de Crédito	Operações de Crédito Internas Operações de Crédito Externas
Alienação de bens	Alienação de Bens Móveis Alienação de Bens imóveis
Amortização de empréstimos	
Transferências de capital	Transferências Intergovernamentais Transferências de Instituições Privadas Transferências de Pessoas Transferências de Outras Instituições Públicas Transferências de Convênios Transferências para o Combate à Fome

Outras Receitas de Capita	Integralização do Capital Social Receita Auferida por Detentores de Títulos do Tesouro Nacional Resgatados Receitas de Alienação de Certificados de Potencial Adicional de Construção – CEPAC Outras Receitas
---------------------------	--

Fonte: elaboração da autora a partir dos dados do SICONFI.

O Gráfico 4 apresenta a participação média das transferências de capital da União aos municípios no total de receitas de capital por região para os anos analisados. Em quase todas as regiões e em todos os anos estudados o percentual de transferências é elevado (acima de 60%), a exceção é a região sul que apresenta percentuais levemente mais baixos.

Gráfico 4- Participação média das transferências de capital da União nas receitas de capital por região – 2011 a 2014



Fonte: elaboração da autora a partir dos dados do SICONFI.

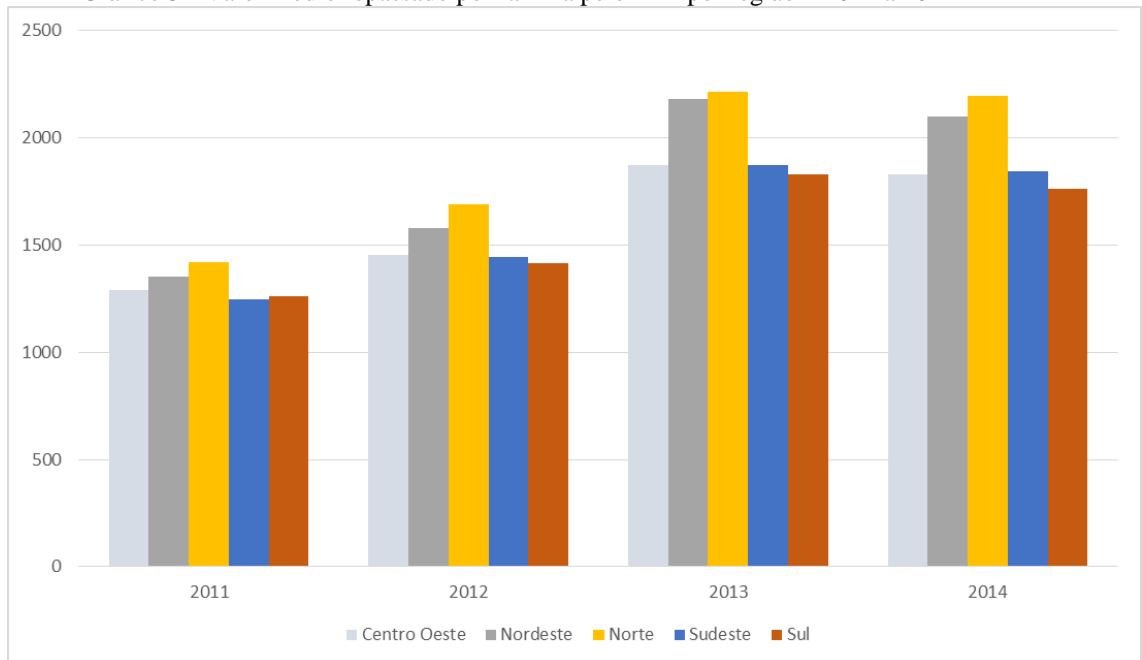
3.3.2. Programa Bolsa Família

O Governo Federal também dispõe de meios para transferência direta de renda à população. O principal programa de transferência de renda do governo federal é o Bolsa Família (PBF)⁴³. O Gráfico 5 apresenta os valores médios repassados aos municípios pelo PBF por regiões indicando que os maiores valores são repassados às regiões norte (R\$1879,30) e Nordeste (R\$1802,07) e os menores a região sul (R\$1565,34)⁴⁴.

⁴³ Os dados referentes ao PBF foram obtidos pelo MDS e estão deflacionados pelo INPC com 2014 como ano base.

⁴⁴ Valores médios dos quatro anos analisados.

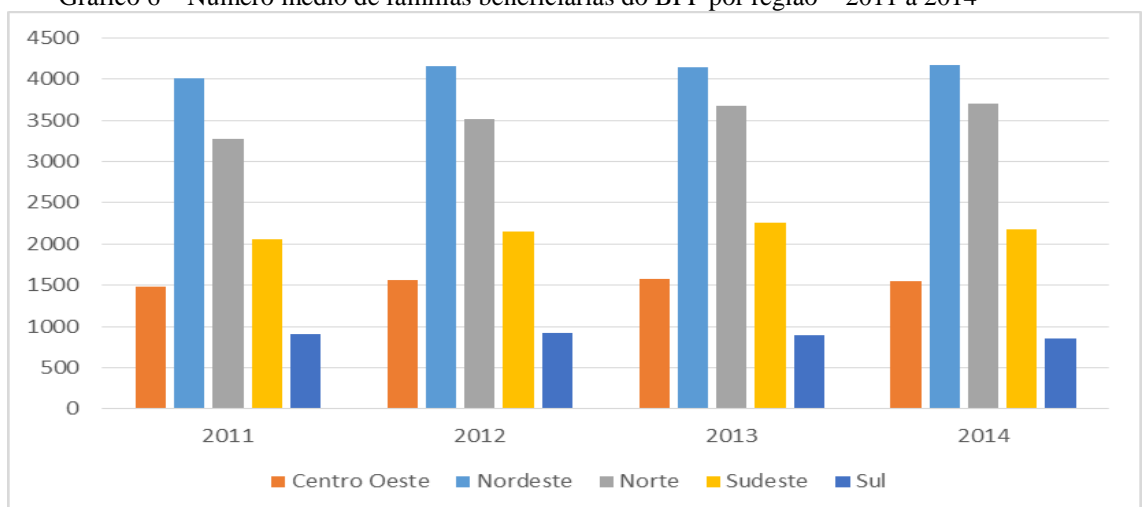
Gráfico 5 - Valor médio repassado por família pelo BPF por região – 2011 a 2014



Fonte: elaboração da autora a partir dos dados do MDS.

A quantidade média de famílias atendidas pelo programa (Gráfico 6) teve variações muito pequenas entre os anos de 2011 e 2014, aumentando nas regiões norte (13,41%), nordeste (3,74%), sudeste (5,83%) e centro-oeste (4,61%) e reduzindo-se na região sul (-6,17%).

Gráfico 6 – Número médio de famílias beneficiárias do BPF por região – 2011 a 2014



Fonte: elaboração da autora a partir dos dados do MDS.

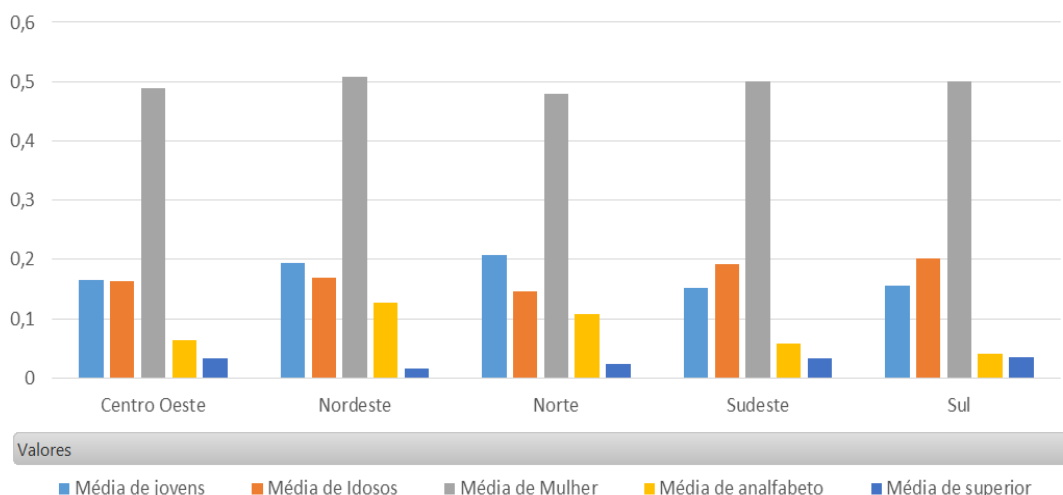
3.3.3. Variáveis sociodemográficas

As variáveis sociodemográficas do eleitorado brasileiro utilizadas neste estudo foram obtidas por meio do Repositório de Dados Eleitorais do TSE. O Gráfico 7 apresenta os valores médios do percentual de jovens (entre 16 e 24 anos), idosos (mais de 60 anos), mulheres, analfabetos e pessoas com nível superior completo dos eleitores dos municípios por região.

O percentual de mulheres entre os eleitores é de cerca de 50% em todas as regiões, o menor valor é 47,89% no Norte e o maior é de 50,78% no Nordeste. O percentual médio de jovens é levemente maior nas regiões Nordeste (19,37%) e Norte (20,69%) em comparação às demais regiões, os menores valores estão nas regiões Sudeste (15,27%) e Sul (15,25%). Já o percentual médio de idosos é mais elevado nas regiões Sul (20,09%) e Sudeste (19,17%) enquanto a região Norte tem o menor percentual de idosos entre os eleitores (14,56%).

Quanto ao nível de escolaridade do eleitorado, o percentual médio de eleitores com nível superior completo é maior na região Sul (3,46%) e os menores valores são observados nas regiões Norte (2,42%) e Nordeste (1,63%). Inversamente, o percentual de analfabetos no eleitorado é maior no Nordeste (12,66%) e Norte (10,76%) e menor nas regiões Sudeste (5,83%) e Sul (4,03%).

Gráfico 7 - Valores médios do percentual de jovens, idosos, mulheres, analfabetos e pessoas de nível superior no eleitorado por região.



Fonte: elaboração da autora a partir dos dados do STF.

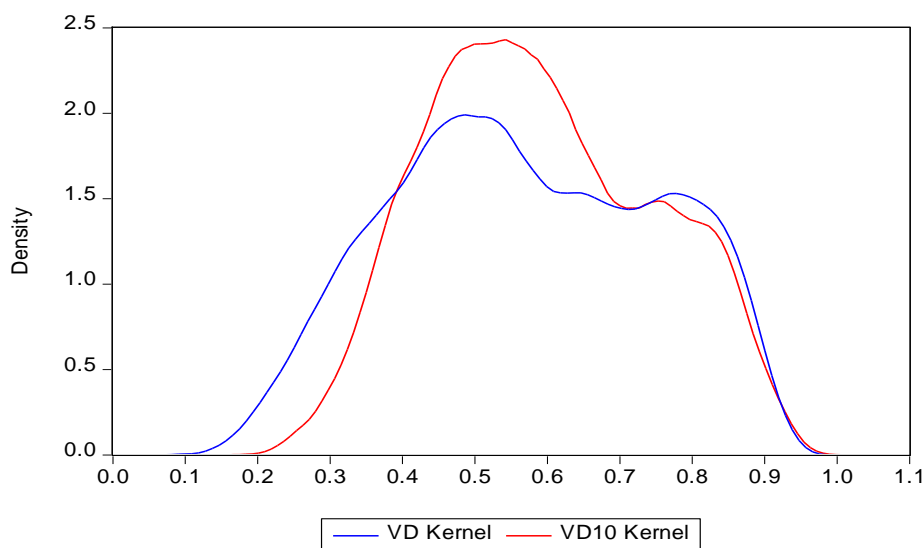
3.3.4. Variáveis políticas

Utilizou-se algumas variáveis para identificar possíveis relações entre o partido governista e os partidos da coalizão. Todos os dados sobre as variáveis políticas foram obtidos junto ao TSE. Para a estimação do modelo usou-se os dados do percentual de votos válidos que a candidata Dilma obteve por município. A distribuição de densidade de Kernel permite observar algumas diferenças entre os votos obtidos pela candidata nas eleições de 2010 e 2014 (Gráfico 8).

A variável *VD* indica o percentual de votos válidos da candidata em 2014 e a variável *VD10* indica o percentual de votos válidos em 2010. A distribuição de Kernel permite observar que a votação da candidata governista se concentra em dois grupos, um com alto percentual de votação na candidata e outro, com percentual mediano.

O trecho de início (0,1 a 0,39) da distribuição de Kernel indica que nas eleições de 2014 houve mais municípios em que o percentual de votação foi menor em comparação com a eleição anterior. Em 2010, observa-se que mais municípios tiveram votação entre 0,4 e 0,7. Em comparação com 2014, houve uma clivagem em que alguns municípios tiveram votação menor que na eleição anterior (trecho inicial da distribuição) e outros tiveram votação maior (trecho final da distribuição), indicando também a maior polarização percebida nesta eleição como destacado no capítulo anterior.

Gráfico 8 - Função Densidade de Kernel para as votações da candidata governista no segundo turno das eleições de 2010 e 2014



Fonte: elaboração da autora a partir dos dados do TSE.

Quanto aos dados referentes aos prefeitos municipais, estes têm uma peculiaridade já que houve eleições no meio do primeiro mandato da candidata. Desta forma, há alguns municípios que em 2011 e 2012 pertenciam a coligações com o PT que deixaram de pertencer nos anos de 2013 e 2014. Os dados para os primeiros dois anos foram obtidos junto aos resultados eleitorais de 2008 e os dados dos anos seguintes nos resultados das eleições de 2012. Os dados referentes aos governos estaduais foram obtidos através do resultado da eleição de 2010. Consideraram-se partidos coligados ao partido da candidata governista os elencados na Tabela 5 do capítulo anterior.

4. PROCEDIMENTOS E ESTIMATIVAS DO MODELO

4.1. Modelo *Tobit* com as transferências em valores *per capita*

Foram utilizadas 18741 observações dos municípios brasileiros durante os quatro anos do primeiro mandato da Presidente Dilma (2011-2014), com o modelo Tobit de dados censurados entre 0 e 1, com distribuição de valores extremos e método de otimização de Newton-Raphson. O modelo foi estimado com as variáveis das transferências *per capita* e com as variáveis de transferências na forma logarítmica, conforme anexos II a V. Os critérios de Akaike, Schwartz e Hannah-Quin indicam que o modelo mais adequado seria o das variáveis na forma logarítmica, entretanto, esta transformação diminui muito o número de observações dado que a maior parte das transferências de capital e de convênios tem valores zerados e são desconsiderados quando ocorre a transformação logarítmica. A estimativa do modelo com dados lineares tem 18741 observações enquanto que o modelo com dados logarítmicos tem 2417 observações. Como as variáveis TCorConvUpc, TCapUpc e TcapConUpc não se mostram significativas realizou-se o teste para exclusão destas variáveis no modelo logarítmico (anexo VI). O teste rejeita a hipótese nula de que as variáveis são significativas. Com base no teste, estimou-se novamente o modelo na forma logarítmica sem as variáveis citadas. O novo modelo estimado tem 18421 observações.

É necessário destacar que ao descartar as transferências voluntárias da União aos municípios, descarta-se também que a candidata tenha se comportado conforme os modelos oportunistas (NORDHAUS, 1975; ROGOFF; SIBERT, 1988; ROGOFF, 1990; SHI; SVENSSON, 2002) e se utilizado de política fiscal expansionista no ano eleitoral para induzir os eleitores votarem na candidata uma vez que o poder discricionário da presidente nas transferências obrigatórias é praticamente nulo. O que induz a pensar que as transferências voluntárias da União tem um papel maior de manter as coalizões partidárias e a governabilidade do sistema político (ARRETCHE; RODDEN, 2004; FERREIRA; BUGARIN, 2007; PEREIRA; MUELLER, 2002).

Os coeficientes obtidos são apresentados na Tabela 7. O sinal da variável transferências correntes da União *per capita* ($\ln TCorUpc$) é positivo indicando uma relação direta com a votação da candidata governista, enquanto que as transferências multigovernamentais tem relação inversa com a votação.

Com exceção das variáveis *idosos e superior*, todas as variáveis sociodemográficas são significativas à 1%. A variável *idosos* é significativa a 10% e a variável *superior* não é

significativa, este resultado aponta no mesmo sentido de Singer (2009) que afirma que as preferências políticas dos eleitores com ensino superior se distribui uniformemente entre esquerda, direita e centro.

Há uma relação direta entre *jovens*, *idosos*, *mulher* e *urb* e a *variável dependente*, já as variáveis *IDHM* e *analfabeto* tem relação inversa com a *variável dependente*. A *variável* referente ao *PBF* também é significativa e tem relação direta sobre a *votação da candidata*.

Tabela 7 - Estimativa do modelo Tobit com valores de transferências *per capita*⁴⁵

Variáveis	Coefficientes	Desvio-padrão	Estatística z	Prob.
C	0.453488	0.032205	14.08138	0.0000
LNTCORUPC	0.014127	0.001592	8.871770	0.0000
LNTCORMPC	-0.029421	0.001894	-15.53015	0.0000
JOVENS	0.355633	0.042786	8.311849	0.0000
IDOSOS	0.046034	0.026986	1.705848	0.0880
MULHER	0.425953	0.044895	9.487659	0.0000
ANALFABETO	-0.072154	0.018228	-3.958494	0.0001
SUPERIOR	-0.043475	0.033658	-1.291652	0.1965
IDHM	-0.752657	0.019594	-38.41219	0.0000
URB	0.017972	0.003889	4.620738	0.0000
PBF	0.00000583	0.00000176	3.320474	0.0009
NO	0.028991	0.002693	10.76356	0.0000
ND	0.065177	0.002379	27.39365	0.0000
CO	0.002592	0.002271	1.141470	0.2537
SUL	-0.009682	0.001812	-5.342552	0.0000
EL12*LNTCORUPC	0.001073	0.001939	0.553373	0.5800
EL12*LNTCORMPC	-0.001267	0.002307	-0.549281	0.5828
EL14*LNTCORUPC	0.001542	0.002004	0.769213	0.4418
EL14*LNTCORMPC	-0.001821	0.002374	-0.766930	0.4431
GOVPT	0.009045	0.001734	5.217309	0.0000
GOVCOL	-0.003637	0.001744	-2.086052	0.0370
PREFPT	-0.009534	0.001658	-5.750757	0.0000
PREFCOL	-0.000195	0.001464	-0.133172	0.8941
VD10	0.683291	0.005380	127.0107	0.0000

Fonte: elaboração da autora.

As dummies para identificar possíveis diferenças regionais se mostraram significativas nas regiões Norte, Nordeste e Sul. Lembrando que a região Sudeste é a região base. Norte e Nordeste tem relação direta com a *votação da candidata governista* e a Sul tem relação inversa. A região Centro-oeste não se mostrou significativa em comparação ao Sudeste.

As dummies referentes à possibilidade de ciclo político eleitoral com a utilização de recursos de transferências aos municípios (el12 e el14) não são significativas indicando que as modificações nas transferências do governo federal não foram estatisticamente diferentes das transferências nos demais anos, não sinalizando um comportamento oportunista.

⁴⁵ A estimativa completa obtida pelo *Eviews 9* encontra-se no anexo VII.

Outro resultado importante é que os coeficientes referentes aos prefeitos de coligações não são estatisticamente significativos, indicando que eles não influenciam os votos para a candidata governista. A variável relacionada aos governadores da coligação é expressiva a 5% de significância e tem relação inversa com a votação da candidata.

Já o fato dos governadores serem do PT apresenta relação direta com a votação da candidata. No que diz respeito às prefeituras governadas pelo partido da candidata o resultado é curioso, pois apresenta relação inversa com a votação da candidata. Além disso, a votação da candidata na eleição anterior é significativa e positiva.

4.1.1. Efeitos parciais

Os efeitos parciais⁴⁶, excluídas as variáveis que não se mostraram estatisticamente significativas, são apresentados na Tabela 8. Como pode-se perceber, apesar de estatisticamente significativas, as variáveis idosos, analfabetos, PBF e região sul e governador de partido coligado, governador e prefeitos do PT tem impacto muito pequeno na votação da candidata Dilma (menos de 1%). Já as variáveis IDHM e votação da candidata em 2010 apresentam efeitos parciais bem elevados (acima de 40%).

⁴⁶ O cálculo dos efeitos parciais foi feito através da multiplicação dos valores dos coeficientes pela média das variáveis explicativas conforme sugere Wooldridge (2011).

Tabela 8 - Efeitos parciais da estimativa do modelo Tobit para transferências per capita

	Coefficiente estimado	Média	Efeitos Parciais
LNTCORUPC	0.01478	2.825119	3.99%
LNTCORMPC	-0.03016	5.860957	-17.24%
JOVENS	0.355619	0.170915	6.08%
IDOSOS	0.046067	0.181093	0.83%
MULHER	0.426121	0.499931	21.29%
ANALFABETO	-0.07212	0.079587	-0.57%
IDHM	-0.75271	0.663942	-49.97%
URB	0.01798	0.645721	1.16%
PBF	5.80E-06	1676.405	0.98%
NO	0.028973	1	2.90%
ND	0.06515	1	6.52%
SUL	-0.0097	1	-0.97%
GOVPT	0.009048	1	0.90%
GOVCOL	-0.003649	1	-0.36%
PREFPT	-0.00953	1	-0.95%
VD10	0.683276	0.590276	40.33%

Fonte: elaboração da autora.

O aumento de 1% nas transferências *per capita* da União amplia em média 4% a votação da candidata governista, enquanto que a transferência de recursos multigovernamentais tem efeito negativo na variável dependente. O aumento de 1% nas transferências multigovernamentais reduz em 17,24% a votação da candidata. O sentido inverso da relação entre as transferências multigovernamentais pode ser explicado pela composição destas receitas já que os recursos do FUNDEB vêm, em sua maior parte, de recursos do ICMS, do Fundo de Participação dos Estados e do Fundo de Participação dos Municípios.

As variáveis jovens, idosos e mulher tem efeitos positivos sobre a votação da candidata. Se o eleitor estiver na faixa etária de 16 a 24 anos, aumenta em 6,08% a probabilidade de votar na candidata governista, se tiver mais de 60 anos, aumenta em 0,83% esta probabilidade e, se for mulher aumenta em 21,3%.

O resultado dos analfabetos é curioso ainda que bem reduzido (0,57%), pois há um certo preconceito generalizado no país de que pessoas sem instrução prefeririam os candidatos petistas, nossa estimativa aponta que se o eleitor for analfabeto reduz-se a probabilidade de voto na candidata.

O efeito parcial do IDH-M sobre a votação é bem elevado (49,97%) e tem uma relação inversa com a variável dependente indicando que a quanto mais desenvolvido por o município (maior IDH-M) menor será a votação da candidata governista. Este resultado corrobora

concepção de que a votação do PT é proveniente das regiões menos desenvolvidas (PEREIRA; SHIKIDA; NAKABASHI, 2011; ZUCCO, 2008).

As variáveis sociodemográficas permitem crer que a identificação do eleitor com a candidata do PT se dá mesmo em função de diferenças de preferências político-partidárias como apontadas por Hibbs (1977) com a identificação de eleitores mais carentes com os partidos de esquerda. Entretanto, é importante notar que se aceitarmos que os eleitores preferem os partidos de esquerda, automaticamente, aceitamos também que os eleitores não se importam com as coligações partidárias uma vez que estas têm se mostrado inconsistentes ideologicamente.

No que se refere à urbanização, o resultado obtido contradiz a percepção de que o PT tem maior votação nos “grotões” (SINGER, 2009; ZUCCO, 2008). A variável urbanização sugere que a urbanização contribui para a votação na candidata, ou seja, se o eleitor for morador de área urbana aumenta em cerca de 1,16% a probabilidade de votar na candidata. A variável PBF tem efeitos parciais positivos bem pequenos também (0,98%) e nos leva a concluir, tal qual Corrêa (2016; 2015) que seu impacto é mínimo na votação da candidata.

As variáveis referentes às regiões são elucidativas da diferença eleitoral em relação a região sudeste. Se o eleitor for da região norte, a probabilidade de votar na candidata governista aumenta em 2,90%; se for do Nordeste, em 6,52%. A relação é inversa se o eleitor for da região sul, em que a probabilidade de votar na candidata cai em 0,97%. Estas estimativas corroboram a percepção de que há diferenças regionais entretanto, sua dimensão não é tão grande quanto o sugerido pelos os autores discutidos no capítulo 2, em especial Nicolau (2015).

Estados que tiveram governadores do PT no período de 2011 a 2014 também aumentam a probabilidade de votação na candidata do partido em cerca de 0,90%. Enquanto que prefeituras que tiveram governos do PT reduzem a probabilidade de votação na candidata governista (0,95%). Os governos estaduais de partidos coligados também reduzem a probabilidade de se votar na candidata em 0,36%. Tal resultado evidencia a relação delicada que se estabelece entre o principal partido do governo e os demais partidos da coligação, uma vez que nem sempre um partido pertencente a coligação ao nível federal apoiará o partido governista nos níveis estaduais e municipais e isto se reflete na votação da candidata.

E, por fim, a votação na eleição anterior tem um impacto grande na votação da eleição de 2014. As estimativas indicam que se o eleitor votou na candidata em 2010, aumenta a probabilidade de votar novamente em 40,33%, ou seja, o partido da candidata governista tem uma base eleitoral relativamente estável como apontado no capítulo 2.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Traçar o comportamento eleitoral é sempre uma tarefa árdua. Neste estudo, procurou-se identificar alguns pontos relevantes nesta tarefa que relaciona Economia e Política através do arcabouço teórico dos ciclos político-econômicos. Neste sentido, a abordagem da escolha racional aponta que o eleitor se comportará a fim de maximizar seu bem-estar e os partidos, com o objetivo de se manter no poder. Nordhaus aponta os eleitores buscam a melhor relação possível entre inflação e desemprego, mas com preferência pelo menor desemprego e que, portanto, haveria incentivos para o partido governista se utilizar de políticas econômicas com objetivos eleitoreiros que acabariam gerando o “*political business cycle*”. Hibbs introduz a diferença ideológica como relevante para o comportamento eleitoral. Alesina incorpora a ideia de que os eleitores podem antecipar os comportamentos do governo. Rogoff e Sibert também creem que os eleitores antecipam o comportamento oportunista do candidato governista, mas como há assimetria de informação entre os eleitores e o candidato, este acaba sendo beneficiado por sinalizar a competência do seu governo ao usar o “*political budget cycle*”. Tais políticas oportunistas, em um ambiente sem as devidas regras, poderiam vir a gerar déficit orçamentários tanto pela redução das receitas quanto pelo aumento dos gastos no período eleitoral como apontam Shi e Svensson. A estrutura institucional também é enfatizada por Alesina e Perotti como importante para identificar a relação entre o uso de políticas eleitoreiras e os déficits públicos, pois ela estabelece os parâmetros que deverão ser seguidos pelos políticos no momento da definição do orçamento.

Desta forma, no segundo capítulo procurou-se apresentar elementos capazes de caracterizar o sistema político brasileiro identificando a estrutura institucional a que se está submetido e quais os resultados este sistema tem gerado no comportamento político-partidário e, de um modo geral, no comportamento eleitoral brasileiro. O sistema político brasileiro se caracteriza pelo presidencialismo de coalizão que pode, em determinadas circunstâncias, levar a ingovernabilidade. Além disso, a estrutura federativa brasileira também causa disputas por fatias orçamentárias entre políticos dos níveis municipais, estaduais e federais. O poder de agenda do Executivo brasileiro associado a regras rígidas para as emendas orçamentárias amplia o papel do presidente no processo orçamentário.

Buscou-se, assim, traçar alguns elementos importantes para a eleição presidencial brasileira de 2014 e identificar se houve relação entre as transferências da União aos municípios no primeiro mandato da presidente, considerando a possibilidade de que a presidente pudesse se utilizar do oportunismo tanto na criação da proposta orçamentária

quanto na realização do orçamento. Para tal, utilizou-se o modelo *Tobit* com dados em painel. Os resultados apontam que as transferências de convênios, que são realizadas voluntariamente pela União, não têm impacto na votação da candidata governista. As transferências correntes (obrigatórias) da União são importantes para explicar a votação da candidata, mas tem impacto reduzido. As transferências multigovernamentais (também obrigatórias) tem relação inversa com a votação da candidata.

Apesar de muito discutido, o impacto do Programa Bolsa Família é muito pequeno para causar qualquer alteração significativa na votação da candidata. Além disso, pode-se afirmar que a base eleitoral do partido já estava estabelecida antes da eleição. Quando se observam as votações da candidata nas eleições de 2010 e 2014, a correlação entre as variáveis é de 89,56%. Já a relação inversa entre o IDH-M corrobora a interpretação de que regiões menos desenvolvidas preferiram a candidata petista.

Quanto aos ciclos político-econômicos, pode-se dizer que não houve comportamento oportunistas seja nas eleições de 2012, seja nas eleições de 2014. Ou seja, não há indícios de que a candidata governista tenha utilizado políticas fiscal (identificada aqui como liberação de recursos para os municípios no ano de 2014). Também não há indícios de que ela tenha liberado mais recursos em 2012 para as eleições municipais a fim de apoiar prefeitos que pudessem vir a lhe trazer ganhos políticos na eleição presidencial de 2014. Ao mesmo tempo, a relação entre os prefeitos municipais do mesmo partido da presidente e a votação da candidata foi inversa que indica uma associação negativa com a administração municipal ser do PT, ou melhor, o eleitor poderia avaliar que a administração do partido não trouxe todos os benefícios que eram esperados e, em função disso, opta por votar no candidato da oposição. Há ainda relação entre o fato de o governador ser do mesmo partido da presidente ou de coligação, entretanto o impacto é bem pequeno.

Por fim, pode-se dizer os resultados obtidos desmistificam, em alguma medida, o comportamento eleitoral brasileiro. Há ainda grande campo de estudo nas relações entre política e economia e este campo se renova a cada governo podendo ser ampliado em diversas direções desde as relações político-ideológicas até as relações Executivo e Legislativo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRANCHES, S. H. H. DE. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, v. 31, n. 1, p. 5–38, 1988.
- ABRANCHES, S. Os ciclos do presidencialismo de coalizão. **Ecopolítica Ensaio**, 2014.
- ALESINA, A. Macroeconomic Policy in a Two-Party System as a Repeated Game. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 102, n. 3, p. 651–678, 1987.
- ALESINA, A.; PEROTTI, R. The Political Economy of Budget Deficits. **Nber Working Paper Series**, n. 4637, p. 1 – 48, 1994.
- ALESINA, A.; PEROTTI, R. Budget Deficits and Budget Institutions. In: **Fiscal institutions and Fiscal Performance**. Chicago: University of Chicago Press, 1999. v. Ip. 13–36.
- ALESINA, A.; ROSENTHAL, H. A Theory of Divided Government. **Econometrica**, v. 64, p. 1311–1341, 1996.
- AMORIM NETO, O.; SIMONASSI, A. G. Bases políticas das transferências intergovernamentais no Brasil (1985-2004). **Revista de economia política**, v. 33, n. 4, p. 704–725, 2013.
- ARRETCHE, M.; RODDEN, J. Política distributiva na Federação: estratégias eleitorais, barganhas legislativas e coalizões de governo. **Dados**, v. 47, n. 3, p. 549–576, 2004.
- ARVATE, P. R.; AVELINO, G.; LUCINDA, C. R. Existe Influência da Ideologia sobre o Resultado Fiscal dos Estados Brasileiros. **Estudos Econômicos. Instituto de Pesquisas Econômicas**, v. 38, p. 789–814, 2008.
- BALBACHEVSKY, E.; HOLZHACKER, D. O. Determinantes das atitudes do eleitorado brasileiro com relação à privatização e aos serviços públicos. **Opinião Pública**, v. 12, n. 1, p. 38–56, 2006.
- BRAGA, M. DO S. S. As eleições brasileiras de 2014 : balanço dos resultados e implicações. **Política & Sociedade**, v. 15, n. 32, p. 39–64, 2016.
- BRUGNAGO, F.; CHAIA, V. A nova polarização política nas eleições de 2014: radicalização ideológica da direita no mundo contemporâneo do Facebook. **Aurora: revista de arte, mídia e política**, v. 7, n. 21, p. 99–129, 2015.
- CANÊDO-PINHEIRO, M. Bolsa Família ou desempenho da economia? Determinantes da reeleição de Lula em 2006. **Economia Aplicada**, v. 19, n. 1, p. 31 – 61, 2015.
- CARRARO, A. et al. “ É a economia , companheiro !”: uma análise empírica da reeleição de Lula com base em dados municipais. **IBMEC Working Paper**, n. 41, p. 1 – 20, 2007.
- CORREA, D. Conditional Cash Transfer Programs, the Economy, and Presidential Elections in Latin America. **Latin American Research Review**, v. 50, n. 2, p. 63 – 85, 2015.
- CORRÊA, D. S. Economia, Ideologia e Eleições na América Latina. **Dados**, v. 58, n. 2, p. 401–425, jun. 2015.
- CORRÊA, D. S. Transferência de Renda e eleições: A trajetória latino-americana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 31, n. 90, p. 99 –115, 2016.
- DOLEŽALOVÁ, J. The Political-Budget Cycle in Countries of the European Union. **Review of Economic Perspectives**, v. 11, n. 1, p. 12–36, 2011.
- DOWNS, A. **Uma teoria econômica da democracia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.
- DRAZEN, A.; ESLAVA, M. **Electoral Manipulation via Expenditure Composition: Theory and Evidence**: NBER Working Paper. Cambridge: [s.n.]. Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/w11085>>. Acesso em: 22 ago. 2016.
- FERREIRA, I. F. S.; BUGARIN, M. S. Transferências voluntárias e ciclo político-orçamentário no federalismo fiscal brasileiro. **Revista Brasileira de Economia**, v. 61, n. 3, p. 271–300, 2007.
- FIGUEIREDO, A. C.; LIMONGI, F. Incentivos Eleitorais, Partidos e Política Orçamentária.

- Dados - Revista de Ciências Sociais**, v. 45, n. 2, p. 303–344, 2002.
- FIGUEIREDO, M. **A decisão do voto: Democracia e Racionalidade**. São Paulo: Editora Sumaré, 1991.
- HIBBS JR., D. A. Political Parties and Macroeconomic Policy. **The American Political Science Review**, v. 71, n. 4, p. 1467–1487, 1977.
- HOTELLING, H. Stability in Competition. **The Economic Journal**, v. 39, n. 153, p. 41–57, 1929.
- LIMONGI, F. A democracia no Brasil: presidencialismo, coalizão partidária e processo decisório. **Novos Estudos - CEBRAP**, n. 76, p. 17–41, nov. 2006.
- LIMONGI, F.; FIGUEIREDO, A. C. Bases institucionais do presidencialismo de coalizão. **Lua Nova**, n. 44, p. 81–106, 1998.
- MARQUES, R. M. et al. Discutindo o papel do Programa Bolsa Família na decisão das eleições presidenciais brasileiras de 2006. **Revista de Economia Política**, v. 29, n. 1, p. 114–132, mar. 2009.
- MCDONALD, J. F.; MOFFITT, R. A. The Uses of Tobit Analysis. **Source: The Review of Economics and Statistics**, v. 62, n. 2, p. 318–321, 1980.
- MENDES, M.; ROCHA, C. A. A. **O que elege um prefeito? Textos para Discussão**. Brasília: [s.n.].
- NAKAGUMA, M. Y.; BENDER, S. Ciclos políticos e resultados eleitorais: um estudo sobre o comportamento do eleitor brasileiro. **Revista Brasileira de Economia**, v. 64, n. 1, p. 3–24, 2010.
- NICOLAU, J. **Eleições no Brasil: do império aos dias atuais**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- NICOLAU, J. Eleições presidenciais nos municípios brasileiros: uma breve comparação dos resultados do primeiro turno de 2010 e 2014. **Em Debate**, v. 7, n. 2, p. 29–41, 2015.
- NICOLAU, J.; PEIXOTO, V. Quem elegeu Lula? As forças e fatores políticos que levaram aos 60 milhões de votos. **Cadernos Fórum Nacional Inae**, n. 6, 2007.
- NORDHAUS, W. D. The Political Business. **The Review of Economic Studies**, v. 42, n. 2, p. 169–190, 1975.
- PEREIRA, A. E. G.; SHIKIDA, C.; NAKABASHI, L. Análise introdutória dos determinantes da eleição de Dilma. **Revista Economia & Tecnologia**, v. 7, n. 3, 30 set. 2011.
- PEREIRA, C.; MUELLER, B. Comportamento estratégico em presidencialismo de coalizão: as relações entre Executivo e Legislativo na elaboração do orçamento brasileiro. **Dados**, v. 45, n. 2, p. 265–301, 2002.
- PREUSSLER, A. P. DA S.; PORTUGAL, M. S. Um estudo empírico dos ciclos político-econômicos no Brasil. **Análise Econômica**, v. 21, n. 40, p. 179–205, 2003.
- PRZEWORKSKI, A.; STOKES, S. C.; MANIN, B. Elections and Representation. In: PRZEWORKSKI, A.; STOKES, S. C.; MANIN, B. (Eds.). **Democracy, Accountability, and Representation**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. p. 29 – 48.
- ROGOFF, K. Equilibrium Political Budget Cycles. **The American Economic Review**, v. 80, n. 1, p. 20–36, 1990.
- ROGOFF, K.; SIBERT, A. Elections and Macroeconomic Policy Cycles. **The Review of Economic Studies**, v. 55, n. 1, p. 1–16, 1988.
- ROSETT, R. N.; NELSON, F. D. Estimation of the Two-Limit Probit Regression Model. **Econometrica**, v. 43, n. 1, p. 141–146, 1975.
- SAKURAI, S. N. Testando a hipótese de ciclos eleitorais racionais nas eleições dos municípios paulistas. **Estudos Econômicos**, v. 35, n. 2, p. 297–315, 2005.
- SAKURAI, S. N. Ciclos políticos nas funções orçamentárias dos municípios brasileiros: uma análise para o período 1990 - 2005 via dados em painel. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v. 39, n. 1, p. 39–58, mar. 2009.
- SAKURAI, S. N.; GREMAUD, A. P. Political business cycles: evidências empíricas para os

- municípios paulistas (1989 - 2001). **Economia Aplicada**, v. 11, n. 1, p. 27–54, 2007.
- SHI, M.; SVENSSON, J. Conditional Budget Cycles in developed and Developing Countries. **World Bank: Washington, DC Processed**, v. 86, n. October, p. 4, 2002.
- SHI, M.; SVENSSON, J. Political Budget Cycles: A Review of Recent Developments. **Nordic Journal of Political Economy**, v. 29, n. 1, p. 67–76, 2003.
- SILVA, L. E. G. DA. **Mais pragmatismo e menos ideologia: as coligações vencedoras para presidente no Brasil**. [s.l.] UFRGS, 2014.
- SINGER, A. Raízes sociais e ideológicas do lulismo. **Novos Estudos - CEBRAP**, n. 85, p. 83–102, 2009.
- SINGER, A. A segunda alma do partido dos trabalhadores. **Novos Estudos - CEBRAP**, n. 88, p. 89–111, 2010.
- SOARES, G. A. D.; TERRON, S. L. Dois Lulas: a geografia eleitoral da reeleição (explorando conceitos, métodos e técnicas de análise geoespacial). **Opinião Pública**, v. 14, n. 2, p. 269–301, nov. 2008.
- WOOLDRIDGE, J. M. Econometric Analysis of Cross Section and Panel Data. **Booksgooglecom**, v. 58, n. 2, p. 752, 2002.
- WOOLDRIDGE, J. M. **Introdução à econometria: uma abordagem moderna**. São Paulo: Cengage Learning, 2011.
- ZUCCO, C. The President's 'New' Constituency : Lula and the Pragmatic Vote in Brazil 's 2006 Presidential Elections *. **Journal of Latin American Studies**, v. 40, p. 29–49, 2008.

APÊNDICE

APÊNDICE I – Estatísticas descritivas das variáveis

	TCAPCONUPC	TCAPUPC	TCORCONVUPC	TCORMPC	TCORUPC
Média	64.73250	19.59034	14.05454	386.7681	1277.366
Mediana	29.46130	0.000000	0.000000	356.2801	1014.843
Máximo	7312.589	1530.349	1774.199	49670.84	81611.51
Mínimo	0.000000	0.000000	0.000000	0.000000	0.000000
Desvio-padrão	111.9875	57.64502	44.98145	400.5808	1023.707
Assimetria	16.95383	7.961967	10.27682	99.51996	28.60489
Curtose	953.0395	115.1180	215.5042	12225.16	2067.264
Jarque-Bera	7.06E+08	10016100	35600275	1.17E+11	3.33E+09
Probabilidade	0.000000	0.000000	0.000000	0.000000	0.000000
Soma	1213411.	367220.9	263452.4	7249969.	23944225
Soma Desvio-padrão.	2.35E+08	62285333	37925321	3.01E+09	1.96E+10
Observações	18745	18745	18745	18745	18745

	JOVENS	IDOSOS	MULHER	ANALFABETO	SUPERIOR
Média	0.170915	0.181093	0.499931	0.079587	0.027235
Mediana	0.167075	0.181529	0.500767	0.064891	0.021432
Máximo	0.295715	0.377344	0.564909	0.382673	0.308348
Mínimo	0.097301	0.054123	0.418499	0.001594	0.001282
Desvio-padrão	0.029304	0.035052	0.019459	0.055310	0.023393
Assimetria	0.592378	0.006023	-0.261705	1.200235	2.984602
Curtose	3.066763	3.493373	3.343763	4.594955	20.57903
Jarque-Bera	1099.790	190.2319	306.2700	6487.440	269189.0
Probabilidade	0.000000	0.000000	0.000000	0.000000	0.000000
Soma	3203.799	3394.583	9371.211	1491.854	510.5175
Soma Desvio-padrão.	16.09632	23.02973	7.097626	57.34130	10.25746
Observações	18745	18745	18745	18745	18745

	VD10	VD	URB	IDHM	PBF
Média	0.590276	0.568998	0.645721	0.663942	1676.405
Mediana	0.575546	0.556938	0.655573	0.671000	1603.871
Máximo	0.965051	0.939282	1.000000	0.862000	4146.920
Mínimo	0.201092	0.118590	0.041789	0.443000	621.4925
Desvio-padrão	0.154908	0.182052	0.219952	0.071228	395.9927
Assimetria	0.186416	0.007300	-0.259069	-0.189141	1.069158
Curtose	2.195223	2.037369	2.101681	2.154565	4.517994
Jarque-Bera	614.4219	723.9253	839.9672	670.0234	5370.989
Probabilidade	0.000000	0.000000	0.000000	0.000000	0.000000
Soma	11064.73	10665.86	12104.03	12445.60	31424211
Soma Desvio-padrão.	449.7925	621.2314	906.8177	95.09541	2.94E+09
Observações	18745	18745	18745	18745	18745

APÊNDICE II – Estimação Tobit Valores Extremos Censurados com dados *per capita*

Dependent Variable: VD

Method: ML - Censored Extreme Value (Newton-Raphson / Marquardt steps)

Date: 08/22/16 Time: 15:32

Sample: 2011 2014

Included observations: 18741

Left censoring (value) series: 0

Right censoring (value) series: 1

Convergence achieved after 5 iterations

Coefficient covariance computed using observed Hessian

Variable	Coefficient	Std. Error	z-Statistic	Prob.
C	0.368037	0.021330	17.25465	0.0000
TCORUPC	8.28E-06	9.18E-07	9.019595	0.0000
TCORMPC	-1.64E-05	1.58E-06	-10.41728	0.0000
TCORCONVUPC	3.46E-06	1.54E-05	0.224616	0.8223
TCAPUPC	-2.09E-05	1.15E-05	-1.822337	0.0684
TCAPCONUPC	-5.80E-06	3.45E-06	-1.682753	0.0924
JOVENS	0.341830	0.034250	9.980287	0.0000
IDOSOS	0.111575	0.020536	5.433195	0.0000
MULHER	0.456765	0.034982	13.05728	0.0000
ANALFABETO	-0.091341	0.015131	-6.036586	0.0000
SUPERIOR	-0.011750	0.025487	-0.461013	0.6448
IDHM	-0.765940	0.017336	-44.18165	0.0000
URB	0.019140	0.003231	5.924678	0.0000
PBF	9.26E-07	1.45E-06	0.639198	0.5227
NO	0.026361	0.002334	11.29556	0.0000
ND	0.058596	0.001777	32.98041	0.0000
CO	0.005588	0.002061	2.710966	0.0067
SUL	-0.010212	0.001587	-6.434421	0.0000
EL12*TCORUPC	4.35E-06	1.44E-06	3.031818	0.0024
EL12*TCORMPC	-2.08E-05	4.65E-06	-4.483075	0.0000
EL12*TCORCONVUPC	-9.98E-07	2.32E-05	-0.043001	0.9657
EL12*TCAPUPC	2.89E-05	1.80E-05	1.606655	0.1081
EL12*TCAPCONUPC	-1.05E-05	9.00E-06	-1.163555	0.2446
EL14*TCORUPC	-6.33E-08	1.33E-06	-0.047668	0.9620
EL14*TCORMPC	-1.38E-05	4.14E-06	-3.332996	0.0009
EL14*TCORCONVUPC	2.33E-05	3.13E-05	0.745761	0.4558
EL14*TCAPUPC	3.15E-05	2.13E-05	1.478219	0.1393
EL14*TCAPCONUPC	3.33E-05	1.12E-05	2.973660	0.0029
GOVPT	0.005851	0.001433	4.081825	0.0000
GOVCOL	-0.006697	0.001698	-3.945429	0.0001
PREFPT	-0.009163	0.001495	-6.128778	0.0000
PREFCOL	-0.000961	0.001207	-0.796012	0.4260
VD10	0.691249	0.004213	164.0601	0.0000

Error Distribution

SCALE:C(34)	0.061356	0.000326	188.4145	0.0000
-------------	----------	----------	----------	--------

Mean dependent var	0.569026	S.D. dependent var	0.182050
S.E. of regression	0.064538	Akaike info criterion	-2.549519
Sum squared resid	77.91811	Schwarz criterion	-2.535299
Log likelihood	23924.27	Hannan-Quinn criter.	-2.544852
Avg. log likelihood	1.276574		

Left censored obs	0	Right censored obs	0
Uncensored obs	18741	Total obs	18741

APÊNDICE III – Modelo Tobit com dados *per capita* e erros robustos de White

Dependent Variable: VD

Method: ML - Censored Extreme Value (Newton-Raphson / Marquardt steps)

Date: 08/22/16 Time: 15:36

Sample: 2011 2014

Included observations: 18741

Left censoring (value) series: 0

Right censoring (value) series: 1

Convergence achieved after 5 iterations

Coefficient covariance computed using the Huber-White method

Variable	Coefficient	Std. Error	z-Statistic	Prob.
C	0.368037	0.025656	14.34499	0.0000
TCORUPC	8.28E-06	1.14E-06	7.282551	0.0000
TCORMPC	-1.64E-05	2.03E-06	-8.083865	0.0000
TCORCONVUPC	3.46E-06	1.26E-05	0.275344	0.7831
TCAPUPC	-2.09E-05	1.18E-05	-1.763237	0.0779
TCAPCONUPC	-5.80E-06	5.56E-06	-1.042494	0.2972
JOVENS	0.341830	0.042888	7.970332	0.0000
IDOSOS	0.111575	0.026656	4.185744	0.0000
MULHER	0.456765	0.043290	10.55133	0.0000
ANALFABETO	-0.091341	0.018125	-5.039634	0.0000
SUPERIOR	-0.011750	0.034133	-0.344237	0.7307
IDHM	-0.765940	0.019686	-38.90854	0.0000
URB	0.019140	0.003867	4.949323	0.0000
PBF	9.26E-07	1.71E-06	0.541716	0.5880
NO	0.026361	0.002648	9.956721	0.0000
ND	0.058596	0.002335	25.09220	0.0000
CO	0.005588	0.002201	2.538420	0.0111
SUL	-0.010212	0.001810	-5.640399	0.0000
EL12*TCORUPC	4.35E-06	1.71E-06	2.546270	0.0109
EL12*TCORMPC	-2.08E-05	5.22E-06	-3.990131	0.0001
EL12*TCORCONVUPC	-9.98E-07	2.06E-05	-0.048385	0.9614
EL12*TCAPUPC	2.89E-05	1.91E-05	1.512915	0.1303
EL12*TCAPCONUPC	-1.05E-05	1.01E-05	-1.035630	0.3004
EL14*TCORUPC	-6.33E-08	1.66E-06	-0.038098	0.9696
EL14*TCORMPC	-1.38E-05	4.64E-06	-2.973801	0.0029
EL14*TCORCONVUPC	2.33E-05	3.44E-05	0.678252	0.4976
EL14*TCAPUPC	3.15E-05	2.31E-05	1.365314	0.1722
EL14*TCAPCONUPC	3.33E-05	1.33E-05	2.498530	0.0125
GOVPT	0.005851	0.001725	3.392262	0.0007
GOVCOL	-0.006697	0.001695	-3.950928	0.0001
PREFPT	-0.009163	0.001638	-5.592860	0.0000
PREFCOL	-0.000961	0.001465	-0.655960	0.5119
VD10	0.691249	0.005364	128.8715	0.0000

Error Distribution

SCALE:C(34)	0.061356	0.000385	159.4928	0.0000
-------------	----------	----------	----------	--------

Mean dependent var	0.569026	S.D. dependent var	0.182050
S.E. of regression	0.064538	Akaike info criterion	-2.549519
Sum squared resid	77.91811	Schwarz criterion	-2.535299
Log likelihood	23924.27	Hannan-Quinn criter.	-2.544852
Avg. log likelihood	1.276574		

Left censored obs	0	Right censored obs	0
Uncensored obs	18741	Total obs	18741

APÊNDICE IV - Tobit com variáveis em na forma logarítmica

Dependent Variable: VD

Method: ML - Censored Extreme Value (Newton-Raphson / Marquardt steps)

Date: 08/22/16 Time: 15:39

Sample: 2011 2014

Included observations: 2417

Left censoring (value) series: 0

Right censoring (value) series: 1

Convergence achieved after 6 iterations

Coefficient covariance computed using observed Hessian

Variable	Coefficient	Std. Error	z-Statistic	Prob.
C	0.306509	0.079172	3.871414	0.0001
LNTCORUPC	0.020522	0.004268	4.808737	0.0000
LNTCORMPC	-0.038852	0.004705	-8.257621	0.0000
LNTCORCONVUPC	0.001343	0.001087	1.235597	0.2166
LNTCAPUPC	-0.000566	0.001075	-0.526883	0.5983
LNTCAPCONUPC	0.000481	0.001314	0.366174	0.7142
JOVENS	0.851825	0.091214	9.338710	0.0000
IDOSOS	0.262009	0.054178	4.836032	0.0000
MULHER	0.487441	0.106625	4.571528	0.0000
ANALFABETO	-0.108106	0.047708	-2.266018	0.0235
SUPERIOR	-0.091326	0.052297	-1.746288	0.0808
IDHM	-0.762465	0.047048	-16.20627	0.0000
URB	0.042456	0.009317	4.556635	0.0000
PBF	7.25E-06	4.45E-06	1.628557	0.1034
NO	0.007767	0.006424	1.209108	0.2266
ND	0.047454	0.004972	9.544767	0.0000
CO	-0.018024	0.006327	-2.848821	0.0044
SUL	-0.018187	0.003837	-4.739642	0.0000
EL12*LNTCORUPC	-0.005635	0.005214	-1.080672	0.2798
EL12*LNTCORMPC	0.006259	0.005830	1.073570	0.2830
EL12*LNTCORCONVUPC	-0.002290	0.001521	-1.504900	0.1323
EL12*LNTCAPUPC	0.002622	0.001669	1.570662	0.1163
EL12*LNTCAPCONUPC	-5.12E-05	0.001966	-0.026043	0.9792
EL14*LNTCORUPC	0.002557	0.005219	0.489897	0.6242
EL14*LNTCORMPC	-0.001518	0.005729	-0.264888	0.7911
EL14*LNTCORCONVUPC	-0.002618	0.001558	-1.680000	0.0930
EL14*LNTCAPUPC	-0.000312	0.001781	-0.175394	0.8608
EL14*LNTCAPCONUPC	0.000222	0.001775	0.124977	0.9005
GOVPT	0.020268	0.003622	5.595955	0.0000
GOVCOL	0.007378	0.005778	1.277015	0.2016
PREFPT	-0.006107	0.003444	-1.773106	0.0762
PREFCOL	0.001745	0.003064	0.569421	0.5691
VD10	0.685121	0.010680	64.14791	0.0000

Error Distribution

SCALE:C(34)	0.055930	0.000826	67.74526	0.0000
-------------	----------	----------	----------	--------

Mean dependent var	0.543497	S.D. dependent var	0.180236
S.E. of regression	0.059098	Akaike info criterion	-2.712216
Sum squared resid	8.322667	Schwarz criterion	-2.630764
Log likelihood	3311.713	Hannan-Quinn criter.	-2.682595
Avg. log likelihood	1.370175		

Left censored obs	0	Right censored obs	0
Uncensored obs	2417	Total obs	2417

APÊNDICE V – Tobit com variáveis na forma logarítmica e erros robustos de White

Dependent Variable: VD

Method: ML - Censored Extreme Value (Newton-Raphson / Marquardt steps)

Date: 08/22/16 Time: 15:40

Sample: 2011 2014

Included observations: 2417

Left censoring (value) series: 0

Right censoring (value) series: 1

Convergence achieved after 6 iterations

Coefficient covariance computed using the Huber-White method

Variable	Coefficient	Std. Error	z-Statistic	Prob.
C	0.306509	0.087280	3.511785	0.0004
LNTCORUPC	0.020522	0.005295	3.875812	0.0001
LNTCORMPC	-0.038852	0.005474	-7.097564	0.0000
LNTCORCONVUPC	0.001343	0.001169	1.149185	0.2505
LNTCAPUPC	-0.000566	0.001089	-0.519853	0.6032
LNTCAPCONUPC	0.000481	0.001425	0.337575	0.7357
JOVENS	0.851825	0.118451	7.191360	0.0000
IDOSOS	0.262009	0.071603	3.659204	0.0003
MULHER	0.487441	0.120296	4.052015	0.0001
ANALFABETO	-0.108106	0.045696	-2.365781	0.0180
SUPERIOR	-0.091326	0.051493	-1.773559	0.0761
IDHM	-0.762465	0.049244	-15.48356	0.0000
URB	0.042456	0.011120	3.817831	0.0001
PBF	7.25E-06	4.80E-06	1.511211	0.1307
NO	0.007767	0.006584	1.179714	0.2381
ND	0.047454	0.006163	7.699457	0.0000
CO	-0.018024	0.006313	-2.855190	0.0043
SUL	-0.018187	0.004495	-4.045894	0.0001
EL12*LNTCORUPC	-0.005635	0.006121	-0.920512	0.3573
EL12*LNTCORMPC	0.006259	0.006907	0.906160	0.3649
EL12*LNTCORCONVUPC	-0.002290	0.001982	-1.155361	0.2479
EL12*LNTCAPUPC	0.002622	0.001899	1.380524	0.1674
EL12*LNTCAPCONUPC	-5.12E-05	0.002112	-0.024241	0.9807
EL14*LNTCORUPC	0.002557	0.006349	0.402713	0.6872
EL14*LNTCORMPC	-0.001518	0.007061	-0.214919	0.8298
EL14*LNTCORCONVUPC	-0.002618	0.001670	-1.567038	0.1171
EL14*LNTCAPUPC	-0.000312	0.001885	-0.165680	0.8684
EL14*LNTCAPCONUPC	0.000222	0.002068	0.107286	0.9146
GOVPT	0.020268	0.004421	4.584596	0.0000
GOVCOL	0.007378	0.004596	1.605415	0.1084
PREFPT	-0.006107	0.003935	-1.551781	0.1207
PREFCOL	0.001745	0.003515	0.496345	0.6197
VD10	0.685121	0.014155	48.40192	0.0000

Error Distribution

SCALE:C(34)	0.055930	0.000953	58.66480	0.0000
-------------	----------	----------	----------	--------

Mean dependent var	0.543497	S.D. dependent var	0.180236
S.E. of regression	0.059098	Akaike info criterion	-2.712216
Sum squared resid	8.322667	Schwarz criterion	-2.630764
Log likelihood	3311.713	Hannan-Quinn criter.	-2.682595
Avg. log likelihood	1.370175		

Left censored obs	0	Right censored obs	0
Uncensored obs	2417	Total obs	2417

APÊNDICE VI – Teste para variáveis redundantes

Redundant Variables Test

Null hypothesis: LNTCORCONVUPC LNTCAPUPC LNTCAPCONUPC are jointly insignificant

Equation: UNTITLED

Specification: VD C LNTCORUPC LNTCORMPC LNTCORCONVUPC

LNTCAPUPC LNTCAPCONUPC JOVENS IDOSOS MULHER

ANALFABETO SUPERIOR IDHM URB PBF NO ND CO SUL

EL12*LNTCORUPC EL12*LNTCORMPC EL12

*LNTCORCONVUPC EL12*LNTCAPUPC EL12

*LNTCAPCONUPC EL14*LNTCORUPC EL14*LNTCORMPC

EL14*LNTCORCONVUPC EL14*LNTCAPUPC EL14

*LNTCAPCONUPC GOVPT GOVCOL PREFPT PREFCOL

VD10

VD10

	Value	df	Probability
Likelihood ratio	1.856199	3	0.6028

LR test summary:

	Value	df
Restricted LogL	3310.785	2386
Unrestricted LogL	3311.713	2383

Restricted Test Equation:

Dependent Variable: VD

Method: ML - Censored Extreme Value (Newton-Raphson /

Marquardt steps)

Date: 08/22/16 Time: 15:43

Sample: 2011 2014

Included observations: 2417

Left censoring (value) series: 0

Right censoring (value) series: 1

Convergence achieved after 6 iterations

Coefficient covariance computed using the Huber-White method

Variable	Coefficient	Std. Error	z-Statistic	Prob.
C	0.309322	0.086898	3.559606	0.0004
LNTCORUPC	0.021119	0.005023	4.204864	0.0000
LNTCORMPC	-0.039044	0.005465	-7.144952	0.0000
JOVENS	0.858191	0.118070	7.268515	0.0000
IDOSOS	0.262697	0.071456	3.676352	0.0002
MULHER	0.480229	0.120118	3.997986	0.0001
ANALFABETO	-0.108044	0.045695	-2.364445	0.0181
SUPERIOR	-0.094547	0.051242	-1.845086	0.0650
IDHM	-0.761306	0.049125	-15.49716	0.0000
URB	0.042472	0.011105	3.824510	0.0001
PBF	6.63E-06	4.77E-06	1.390675	0.1643
NO	0.007865	0.006525	1.205479	0.2280
ND	0.047641	0.006175	7.715011	0.0000
CO	-0.017684	0.006232	-2.837661	0.0045
SUL	-0.018176	0.004483	-4.054117	0.0001
EL12*LNTCORUPC	-0.006223	0.005978	-1.040991	0.2979
EL12*LNTCORMPC	0.006468	0.006862	0.942674	0.3458
EL12*LNTCORCONVUPC	-0.000965	0.001628	-0.592409	0.5536

EL12*LNTCAPUPC	0.002030	0.001574	1.289366	0.1973
EL12*LNTCAPCONUPC	0.000402	0.001586	0.253520	0.7999
EL14*LNTCORUPC	0.001962	0.006223	0.315323	0.7525
EL14*LNTCORMPC	-0.001268	0.007019	-0.180695	0.8566
EL14*LNTCORCONVUPC	-0.001298	0.001212	-1.071523	0.2839
EL14*LNTCAPUPC	-0.000886	0.001586	-0.559042	0.5761
EL14*LNTCAPCONUPC	0.000694	0.001529	0.453454	0.6502
GOVPT	0.020270	0.004426	4.579803	0.0000
GOVCOL	0.007384	0.004597	1.606246	0.1082
PREFPT	-0.006055	0.003942	-1.536190	0.1245
PREFCOL	0.001600	0.003506	0.456380	0.6481
VD10	0.684812	0.014081	48.63273	0.0000

Error Distribution

SCALE:C(31)	0.055945	0.000958	58.40012	0.0000
Mean dependent var	0.543497	S.D. dependent var	0.180236	
S.E. of regression	0.059098	Akaike info criterion	-2.713931	
Sum squared resid	8.333181	Schwarz criterion	-2.639666	
Log likelihood	3310.785	Hannan-Quinn criter.	-2.686923	
Avg. log likelihood	1.369791			
Left censored obs	0	Right censored obs	0	
Uncensored obs	2417	Total obs	2417	

APÊNDICE VII – Modelo Tobit com variáveis na forma logarítmica e sem variáveis redundantes e com erros de White.

Dependent Variable: VD

Method: ML - Censored Extreme Value (Newton-Raphson / Marquardt steps)

Date: 08/22/16 Time: 15:44

Sample: 2011 2014

Included observations: 18421

Left censoring (value) series: 0

Right censoring (value) series: 1

Convergence achieved after 6 iterations

Coefficient covariance computed using the Huber-White method

Variable	Coefficient	Std. Error	z-Statistic	Prob.
C	0.453488	0.032205	14.08138	0.0000
LNTCORUPC	0.014127	0.001592	8.871770	0.0000
LNTCORMPC	-0.029421	0.001894	-15.53015	0.0000
JOVENS	0.355633	0.042786	8.311849	0.0000
IDOSOS	0.046034	0.026986	1.705848	0.0880
MULHER	0.425953	0.044895	9.487659	0.0000
ANALFABETO	-0.072154	0.018228	-3.958494	0.0001
SUPERIOR	-0.043475	0.033658	-1.291652	0.1965
IDHM	-0.752657	0.019594	-38.41219	0.0000
URB	0.017972	0.003889	4.620738	0.0000
PBF	5.83E-06	1.76E-06	3.320474	0.0009
NO	0.028991	0.002693	10.76356	0.0000
ND	0.065177	0.002379	27.39365	0.0000
CO	0.002592	0.002271	1.141470	0.2537
SUL	-0.009682	0.001812	-5.342552	0.0000
EL12*LNTCORUPC	0.001073	0.001939	0.553373	0.5800
EL12*LNTCORMPC	-0.001267	0.002307	-0.549281	0.5828
EL14*LNTCORUPC	0.001542	0.002004	0.769213	0.4418
EL14*LNTCORMPC	-0.001821	0.002374	-0.766930	0.4431
GOVPT	0.009045	0.001734	5.217309	0.0000
GOVCOL	-0.003637	0.001744	-2.086052	0.0370
PREFPT	-0.009534	0.001658	-5.750757	0.0000
PREFCOL	-0.000195	0.001464	-0.133172	0.8941
VD10	0.683291	0.005380	127.0107	0.0000

Error Distribution

SCALE:C(25)	0.060901	0.000388	157.0752	0.0000
Mean dependent var	0.569378	S.D. dependent var	0.182082	
S.E. of regression	0.064207	Akaike info criterion	-2.564021	
Sum squared resid	75.83842	Schwarz criterion	-2.553406	
Log likelihood	23640.91	Hannan-Quinn criter.	-2.560534	
Avg. log likelihood	1.283368			
Left censored obs	0	Right censored obs	0	
Uncensored obs	18421	Total obs	18421	

APÊNDICE VIII – Modelo com inclusão de dummies multiplicativas das transferências

Dependent Variable: VD

Method: ML - Censored Extreme Value (Newton-Raphson / Marquardt steps)

Date: 08/22/16 Time: 21:00

Sample: 2011 2014

Included observations: 18421

Left censoring (value) series: 0

Right censoring (value) series: 1

Convergence achieved after 5 iterations

Coefficient covariance computed using the Huber-White method

Variable	Coefficient	Std. Error	z-Statistic	Prob.
C	0.386026	0.032507	11.87506	0.0000
LNTCORUPC	0.018269	0.001822	10.02502	0.0000
LNTCORMPC	-0.025038	0.002239	-11.18492	0.0000
JOVENS	0.367053	0.042651	8.605947	0.0000
IDOSOS	0.058727	0.027243	2.155675	0.0311
MULHER	0.419437	0.044210	9.487356	0.0000
ANALFABETO	-0.068979	0.017916	-3.850219	0.0001
SUPERIOR	-0.006070	0.034997	-0.173446	0.8623
IDHM	-0.732790	0.019481	-37.61514	0.0000
URB	0.010378	0.003926	2.643549	0.0082
PBF	6.03E-06	1.74E-06	3.459333	0.0005
NO	0.029691	0.002687	11.04895	0.0000
ND	0.065558	0.002368	27.68379	0.0000
CO	0.000224	0.002235	0.100159	0.9202
SUL	-0.009471	0.001783	-5.312453	0.0000
EL12*LNTCORUPC	0.001471	0.001934	0.760258	0.4471
EL12*LNTCORMPC	-0.001757	0.002301	-0.763507	0.4452
EL14*LNTCORUPC	0.000440	0.001984	0.221847	0.8244
EL14*LNTCORMPC	-0.000551	0.002347	-0.234891	0.8143
GOVPT	0.123064	0.030421	4.045441	0.0001
GOVCOL	0.022285	0.036925	0.603526	0.5462
PREFPT	0.105321	0.029179	3.609529	0.0003
PREFCOL	0.081687	0.027005	3.024844	0.0025
VD10	0.686953	0.005354	128.3141	0.0000
GOVPT*LNTCORUPC	-0.019403	0.002922	-6.639571	0.0000
GOVCOL*LNTCORUPC	0.009041	0.004292	2.106483	0.0352
PREFPT*LNTCORUPC	-0.004464	0.003072	-1.452981	0.1462
PREFCOL*LNTCORUPC	-0.002712	0.002674	-1.014181	0.3105
GOVPT*LNTCORMPC	0.003544	0.003640	0.973874	0.3301
GOVCOL*LNTCORMPC	-0.014500	0.003557	-4.076692	0.0000
PREFPT*LNTCORMPC	-0.014501	0.003709	-3.909181	0.0001
PREFCOL*LNTCORMPC	-0.010569	0.003492	-3.026290	0.0025

Error Distribution

SCALE:C(33)	0.060650	0.000381	159.1110	0.0000
-------------	----------	----------	----------	--------

Mean dependent var	0.569378	S.D. dependent var	0.182082
S.E. of regression	0.064037	Akaike info criterion	-2.570712
Sum squared resid	75.40552	Schwarz criterion	-2.556701
Log likelihood	23710.54	Hannan-Quinn criter.	-2.566109
Avg. log likelihood	1.287147		

Left censored obs	0	Right censored obs	0
Uncensored obs	18421	Total obs	18421
